

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO
NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

ATA Nº 010

PRESIDENTE - DEPUTADO J. BARRETO

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - A Assembléia Legislativa de Mato Grosso tem a honra de abrir mais uma Audiência Pública, requerida pela Comissão de Segurança Pública e Comunitária, com o objetivo de discutir assuntos referentes aos Planos Nacional e Estadual de Segurança Pública.

Convido para compor a Mesa: o Deputado Zé Carlos do Pátio, Presidente desta Comissão, que, com certeza, irá comandar esta Audiência Pública; o Dr. Célio Wilson de Oliveira, Secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso; o Coronel Emanuel Oliveira Neto, Chefe do Estado-Maior Geral da Polícia Militar, neste ato, representando o Comandante-Geral Orestes Teodoro de Oliveira; o Dr. Paulo Roberto Brandão, Chefe de Gabinete, neste ato, representando o Dr. Romel Luiz dos Santos, Diretor do Departamento da Polícia Judiciária Civil; o Sr. Arnaldo Souza Neto, Secretário Adjunto de Planejamento e Coordenação Geral, neste ato, representando o Secretário Yenês de Jesus Magalhães; o Sr. Alcenor Alves de Souza, Prefeito de Alto Paraguai, neste ato, representando todos os prefeitos do nosso Estado; o Coronel Clarindo Vicente de Figueiredo Filho, Chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros, representando o Comando do Corpo de Bombeiros; e o eminente Deputado Ságuas

A Deputada Verinha Araújo, que é membro da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, pediu que comunicássemos aos senhores que não pôde estar presente, porque está, neste exato momento, representando a Assembléia Legislativa de Mato Grosso no 9º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação, que está sendo realizado em Brasília.

Esta Presidência tem a honra de registrar a presença do Coronel Campos Filho, Comandante do Policiamento da Capital; do Coronel Gilmar, Diretor de Ensino da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; do Tenente-Coronel Mauro Anselmo de Moraes Ribeiro, do Batalhão da Polícia de Trânsito; do Major Reinaldo Magalhães de Moraes, representando o Comando do Batalhão da Polícia de Guarda; do Sr. Nabor Fortunato Dias, Diretor do Departamento da Polícia Civil na Capital; do Capitão Paulo, Assessor Parlamentar do Comando de Bombeiros Militar; do Sr. Nilton Teixeira Filho, Diretor do Departamento Interior da Polícia Civil; do Sr. Roger Ramos Martini, Gerente de Projetos da SESP; do Sr. Vicente Herculano da Silva, Diretor do CIAP Aduato Botelho; do Sr. Eduardo Gomes, ex-Prefeito de Alto Paraguai; do Sr. Benedito Evandro Moreira da Silva, Diretor de Saúde do Coxipó; do Sr. Dirceu Vicente Lino, Presidente do Sindicato dos Delegados de Mato Grosso; do Sr. Wilson Campos, Vereador de Ribeirão Cascalheira; do Sr. Clarindo Alves de Castro, Major Comandante do 3º Batalhão da Polícia Militar; do Capitão Átila Wanderley da Silva, Assessor de Comunicação Social do Comando de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso; do Sr. João Antônio Dias de Campos, Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros; e do Coronel Edir Bispo, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Gostaria de observar que, caso haja interesse de alguém da platéia em interpelar os integrantes da Mesa, poderá fazê-lo no momento oportuno, estritamente sobre o assunto, com prévia inscrição, e disporá de três minutos, conforme preceitua o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa. O interpelado terá também três minutos para as respostas.

Esta Presidência agradece a presença de todos e da imprensa do nosso Estado aqui presente.

Aproveito a oportunidade para parabenizar e cumprimentar a Comissão de Segurança Pública e Comunitária desta Casa. Esta Comissão tem feito um trabalho extraordinário, sob o comando do Deputado Zé Carlos do Pátio, e tenho honra de fazer parte dela.

Solicito, em nome do Deputado Riva e de toda a Mesa Diretora desta Casa, que o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio assuma a direção dos trabalhos, haja vista que nós estaremos em outros compromissos também representando esta Casa, lá no Palácio Paiaguás, dentro de quinze minutos.

(O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 14:04 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Boa-tarde a todos!

Quero, também, convidar para compor a Mesa o Vereador Caio César de Andrade, representando os vereadores da nossa Capital; e o Coronel Vitor Hugo Metello, Secretário Adjunto de Justiça e Segurança Pública.

Neste momento, cumprimento o Coronel Salles, Comandante do GEFRON; os meus colegas Deputados, em nome do Deputado Ságuas; o Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Célio Wilson de Oliveira, em nome de quem cumprimento todas as autoridades aqui presentes, servidores públicos, representantes de entidades de classe e comunidade.

O Brasil vive um novo tempo, isso é inquestionável.

A eleição do Presidente Luiz Inácio da Silva quebrou paradigmas, encheu de esperança milhões de pessoas e contagiou o País. Em Mato Grosso, a situação não é diferente. Vive-se um clima de esperança e expectativa.

O quadro promissor, no entanto, não pode servir de cortina de fumaça para os graves problemas sociais vividos pelo nosso País, como a fome, a miséria, a falta de moradia, o desemprego, a violência, as epidemias e a exclusão, que atingem milhões de brasileiros.

A insegurança, neste contexto, ganha contornos especiais. Estamos atingindo índices de violência que denunciam a existência de uma verdadeira guerra urbana. O número de mortos pela violência das ruas do Brasil chega a superar conflitos históricos vividos no Oriente Médio.

Cuiabá, em Mato Grosso, é exemplo claro disso! Outrora, pacata, tranqüila, Cuiabá vem registrando cinco ou dez assassinatos todos os finais de semana. Segundo dados da Delegacia de Homicídios e Proteção da Pessoa, mais de cem pessoas foram assassinadas na Capital nos primeiros quatro meses deste ano. As investigações indicam que a maior parte dos assassinatos está relacionada com o tráfico de drogas. São jovens e adolescentes mortos em acertos de contas envolvendo gangues.

Os números negativos, porém, não se restringem apenas à Capital. A Grande Cuiabá, Rondonópolis, Cáceres, Tangará da Serra, Sinop, Barra do Garças, enfim, a violência está espalhada hoje por todos os municípios de Mato Grosso.

Sabemos, no entanto, que existem caminhos e que há sobretudo vontade do Poder público em mudar este quadro. E a Assembléia Legislativa está se colocando como parceira neste trabalho.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Já realizamos uma Audiência Pública recentemente no Município de Rondonópolis, para discutir a questão da segurança. Estamos fomentando o debate, hoje, em Cuiabá e vamos levar a discussão para outros pólos. O objetivo é ouvir dos responsáveis pelo setor o que está sendo feito ou programado para garantir segurança à população.

Defendemos de antemão, senhores e senhoras, mais recursos para o setor, até porque fica difícil falar em segurança pública se, muitas vezes, faltam armamentos, viaturas, combustível, delegados, soldados, salários decentes, enfim, se não há o cumprimento constitucional do Estado em implementar meios para que se garanta a segurança do cidadão, dificilmente poderíamos garantir essa estabilidade. O anúncio de que o Governo pretende realizar um incremento de vinte e cinco milhões, este ano, nos recursos da Segurança, é indicativo de que há a compreensão do Estado sobre essa necessidade.

Nesta semana reunimo-nos com o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Administração, Secretário de Justiça e Segurança Pública. Estamos fazendo uma verdadeira romaria ao lado do Secretário de Justiça e Segurança Pública, no sentido de fortalecer a Secretaria de Justiça e Segurança Pública como prioridade do Governo.

Ao lado disso, porém, precisamos avançar. Venho defendendo há anos a necessidade de se aprovar as novas leis orgânicas das Polícias Militar e Civil.

Essa é uma vontade minha, aprovar a nova Lei Orgânica da Polícia Militar e a da Polícia Civil. No momento, sou Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária e seria um sonho para mim, neste meu mandato de Presidente da Comissão, discutir aqui na Assembléia Legislativa a mudança dos Estatutos das Polícias Civil e Militar, acabando com os chamados desvios de função, que é inclusive uma outra questão que eu quero discutir aqui.

Tiraram das ruas mais de mil e quatrocentos policiais, quer dizer, hoje nós temos um efetivo de mais de mil e quatrocentos policiais em desvio de função.

A Ouvidoria, por incrível que pareça... Os senhores talvez não saibam o papel da Ouvidoria. Hoje, a sociedade tem receio de denunciar. É importante ter uma Ouvidoria que envolva toda a sociedade, para que possamos discutir, para que garanta ao cidadão mais segurança ao denunciar maus policiais.

O aperfeiçoamento da Lei de Proteção às Testemunhas é outra questão que a Assembléia Legislativa vem pedindo. Eu fui o primeiro Deputado a conseguir recurso federal para proteger uma testemunha que denunciou um crime em Rondonópolis. Eu acho que nós temos que apoiar a Lei de Proteção às Testemunhas.

O complexo de segurança, a ampliação da polícia comunitária, enfim, uma série de mudanças é necessária.

Existem ainda outras propostas, como a presença do Exército nas áreas de fronteira, para a realização de um trabalho preventivo, além do estabelecimento de gratificação aos policiais que trabalham no interior, principalmente aos que trabalham nos setecentos quilômetros de fronteira seca que o Estado possui com a Bolívia. E, nesta Audiência Pública, poderemos debater isso. Eu acho que o policial que está trabalhando na linha de frente, na linha de mira, o que está na fronteira, o que está lutando, merece uma verba de representação e não pode ter um tratamento igualitário.

Propostas como essas fazem parte do Plano Nacional de Segurança Pública? Qual é o Plano Estadual de Segurança Pública?

Nós queremos, hoje, justamente isso. Saber quais serão os caminhos da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e o que a Assembléia Legislativa pode fazer para ajuda-la. Nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

estamos dispostos a aprovar todos os projetos que a Secretaria quiser. Nós estamos dispostos a contribuir significativamente.

Eu quero fazer uma campanha hoje. Quando assumi o cargo na Assembléia Legislativa, o orçamento da Secretaria de Justiça e Segurança Pública era de cento e poucos milhões, hoje é de quatrocentos e cinqüenta milhões, mas ainda é insuficiente. Hoje, a Assembléia Legislativa quer ser parceira para ouvir muito, para ver o que pode fazer para ajudar a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, a Polícia Militar, a Polícia Civil, para que possa garantir uma segurança pública cada vez melhor.

Convido os Deputados Riva e Ana Carla Muniz para comporem a Mesa.

Nós havíamos passado a palavra ao Deputado J. Barreto que, como Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, assumiu momentaneamente os trabalhos, e, por uma questão hierárquica, passamos a palavra ao Deputado Riva, Presidente da Assembléia Legislativa, para dar continuidade a esta Audiência Pública.

O SR. RIVA - Eu cumprimento toda a Mesa na pessoa do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Sr. Célio Wilson de Oliveira; e todos os colegas Deputados, todas as autoridades civis e militares aqui presentes e a imprensa aqui presente, na pessoa do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Deputado Zé Carlos do Pátio, eu quero cumprimentar Vossa Excelência e toda a Comissão de Segurança Pública e Comunitária pela iniciativa.

Na verdade, prefiro ouvir e colher subsídios para estar trabalhando no sentido de melhorar a qualidade da segurança pública no Estado de Mato Grosso.

Tenho algumas propostas que gostaria de inserir no debate, como, por exemplo, a presença da Polícia Militar nas escolas. Nós temos muitos problemas de segurança nas escolas. Temos uma lei sancionada, a Lei nº 6.651, que poderia, e muito, contribuir na diminuição da violência, não só a violência física, dos assaltos, mas principalmente a violência das drogas na porta das escolas. Tivemos o projeto da Ouvidoria das Polícias, que também se transformou em lei, que é a Lei nº 7.286.

Eu quero sugerir ao Sr. Secretário de Justiça e Segurança Pública que coloque em prática essa proposta, mesmo que ela tenha que ser alterada. Já foram inúmeras as propostas apresentadas de alteração dessa lei. Eu gostaria que Vossa Excelência analisasse com muito carinho essa proposta.

A lei que propõe proteção, auxílio e assistência às vítimas de violência e às testemunhas, de nossa autoria e do Deputado Gilney Viana, só precisa ser regulamentada e aplicada, que é a Lei nº 7.180.

Tem também a lei que institui o Programa Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente Dependente de Droga, que não está afeto à Secretaria de Justiça e Segurança Pública, mas que poderá contribuir, e muito, especialmente com essas crianças dependentes, que é a Lei nº 7.343.

Nós temos a Lei nº 7.223, que cria a Campanha Estadual Permanente de Combate à Violência nas Instituições de Ensino do Estado do Estado de Mato Grosso, que é uma campanha educativa, que pode ser desenvolvida pela Polícia Militar, pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública e pela própria Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Assembléia Legislativa.

Temos a Lei nº 7.796, que institui o Centro Integrado de Ações contra a Violência e temos uma outra lei que estabelece critérios para facilitar a busca e localização de pessoas desaparecidas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

São algumas leis que nós temos e eu fiz questão de citá-las.

Na verdade, eu prefiro ouvir, especialmente o Sr. Secretário de Justiça e Segurança Pública, o Comandante-Geral da Polícia Militar, para saber, exatamente, o que a Assembléia Legislativa pode fazer pela segurança pública, em que nós podemos ajudar. Se a questão da segurança pública é, apenas, uma questão orçamentária, falta de recursos, ou se vai além disso.

É por isso, Deputado Zé Carlos do Pátio, que eu quero parabenizar, mais uma vez, a Comissão de Segurança Pública e Comunitária por esse debate, por essa discussão, que julgo da maior importância, para que nós possamos, também, contribuir e chamar a sociedade organizada para contribuir.

Particularmente, Sr. Secretário, eu tenho ouvido muitas reclamações do excessivo número de roubos em Cuiabá. Eu acho que alguma atitude tem que ser tomada para que, todas as vezes que falarmos com Vossa Excelência, tenhamos respostas, mas eu sei que, muitas vezes, não está ao alcance da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e que, muitas vezes, faltam até condições necessárias para esse trabalho.

O que a Assembléia Legislativa, na verdade, quer, e eu acredito que também a Comissão de Segurança Pública e Comunitária, é ouvir as autoridades que comandam a segurança pública no Estado para saber o que podemos fazer.

Eu agradeço a presteza de Vossa Excelência e de todos da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, do Comando-Geral da Polícia Militar, por participarem desta Audiência Pública.

Como já dissemos, queremos ouvir os pleitos da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e as dificuldades encontradas, para que possamos tirar Mato Grosso da condição de um dos Estados mais violentos, no tocante à nossa Capital. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Neste momento, eu concedo a palavra ao ilustre Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Dr. Célio Wilson de Oliveira, que, conforme o art. 548, § 3º, do Regimento Interno, dispõe de vinte minutos para fazer a sua palestra. Logo após, cada Deputado, cada pessoa que se inscrever, terá um prazo de três minutos para fazer suas considerações.

Com a palavra, o Secretário de Justiça e Segurança Pública, Dr. Célio Wilson de Oliveira.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, Deputado Riva; Deputado Zé Carlos do Pátio, em nome de quem estendo meus cumprimentos a todos os demais Deputados, autoridades presentes, senhoras e senhores.

Primeiramente, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui debatendo problemas relativos à segurança pública, aliás, como já fizemos em duas outras oportunidades, uma em Rondonópolis e outra, aqui mesmo, na Comissão de Segurança Pública e Comunitária.

O tempo que o Regimento Interno nos concede é bastante curto para debater ou para expor as questões, os problemas, os objetivos, os planos que temos com relação à segurança pública mais especificamente.

O Estado de Mato Grosso, hoje, com toda certeza, isso é público e notório, vive uma situação difícil. Os investimentos em segurança pública, ao longo dos anos, se pegarmos aí os últimos dez anos, mais precisamente, nunca ultrapassaram mais do que zero vírgula sessenta e cinco por cento do orçamento do Estado. É muito pouco. Existem unidades da Federação que investem muito mais. Alguns chegam a gastar cerca de vinte e dois por cento com segurança pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

A situação em que vivemos, hoje, é reflexo de um quadro que vem se arrastando há longos anos. Há mais de dez anos investiu-se realmente em segurança pública e esse quadro atual de deterioração da segurança vem ao longo dos anos.

Isso, Deputado Riva, leva a conseqüências como as apontadas por Vossa Excelência, agora há pouco, com relação ao número de roubos.

Realmente, chegamos hoje numa situação alarmante, que nos deixa por demais preocupados. Essa situação, se pegarmos desde o ano de 1993, é crescente, ano-a-ano. Começamos, em 1993, com 915; 929, em 1994; já no ano de 1999, 4.000; 6.900, em 2001; 8.857, em 2002. Ela vem numa crescente ininterrupta e neste ano, mantendo-se os números atuais, estaremos mantendo, digamos assim, esse crescimento. Porém estão sendo adotadas várias medidas para impedir esse aumento da criminalidade, não só no que se refere ao roubo, mas também naqueles crimes que estão diretamente, na maioria das vezes, a ele relacionados, como tráfico de drogas e homicídio.

Desde o início, em definição com a Diretoria da Polícia Civil, com o Dr. Romel, que hoje, registre-se, está ausente em função de viagem anteriormente programada, temos discutido, buscado soluções para atender a essa demanda, para realmente conseguirmos reduzir esses números que vêm numa crescente.

A Secretaria, falando mais especificamente daquilo que se pretende fazer hoje, tem um norte e não é diferente daquilo que é proposto no Plano Nacional de Segurança Pública: trabalhar no sentido de se buscar a integração dos órgãos da Segurança Pública. O modelo de trabalho até hoje vigente já demonstrou que não atende às necessidades, e nós não temos como deixar de buscar essa integração. Até porque, com essa integração, será racionalizado o efetivo, e nós teremos resultados. A eficiência das polícias, com toda a certeza, vai melhorar e muito. No sentido dessa integração, da busca dessa integração, nós temos em andamento alguns projetos.

O primeiro deles diz respeito à implantação de Centros Integrados de Segurança Pública e Cidadania, onde todos os órgãos da Segurança Pública estariam funcionando. Nós temos já, mais especificamente no âmbito da Polícia Civil, e foi elaborado pela própria Diretoria da Polícia Civil, um plano emergencial, que visa funcionar como um embrião para esses Centros Integrados. Também, ainda nesse plano, pretendemos trabalhar com a descentralização das atividades policiais, mais especificamente no que se refere à Polícia Civil, no primeiro momento, aqui na Capital.

Temos que fugir desse modelo, hoje existente, da centralização das ações no prédio da Miranda Reis, que tem causado inúmeros transtornos à população, dificuldade no atendimento, dificuldade no deslocamento e na mobilização da própria polícia.

Trabalharemos essa descentralização, dividindo a cidade em quatro regiões, para implantarmos aquilo que seria o embrião dos Centros Integrados de Segurança em cada uma delas. Para isso já está acertada, está em fase de finalização, em final de negociação, a locação do antigo Hospital São Paulo, onde funcionaria o centro da região do Coxipó. O complexo do CPA deverá iniciar sua reforma nos próximos dias, para abrigar mais uma unidade. Nós estamos buscando, na região do Porto, um amplo local que possa servir.

Esse trabalho, com toda a certeza, vai facilitar, e muito, vai melhorar, e muito, a eficiência da polícia e melhorar o atendimento a comunidade. Porém, para que isso se concretize, são necessários recursos, são necessários investimentos em locação, em aquisição de veículos, em recuperação de veículos, pessoal, e tudo isso está sendo encaminhado.

Hoje, nós já temos, até como um indicativo de que a segurança pública, Deputado Zé Carlos do Pátio, é sim uma prioridade do atual Governo, a alocação de recursos extra-orçamentários na ordem de dezesseis milhões de reais do Tesouro do Estado. Não é recurso do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Fundo Nacional, não é recurso que vem de outros níveis, são recursos do Estado de Mato Grosso para se fazer investimento nas Polícias Civil e Militar e na Perícia e Identificação. Esses recursos vão propiciar a implantação desses centros aqui em Cuiabá, desses quatro centros, no primeiro momento, a revitalização também de algumas delegacias, buscando fugir daquele modelo já demonstrado, que não atende às necessidades, por ser um modelo centralizado, de especializadas em algumas áreas, não em todas, de modo que a população possa ser atendida próxima a sua residência e, também, para que possamos planejar melhor, no futuro, as ações da polícia. Não há como centralizar numa única pessoa ou num pequeno grupo de pessoas toda a atividade policial desenvolvida numa cidade como Cuiabá ou Várzea Grande.

Nesse caminho, a descentralização vai permitir que dados mais precisos sejam coletados, que pessoas determinadas se responsabilizem por uma região menor da cidade, de modo a desempenhar um trabalho mais efetivo.

No âmbito da Polícia Militar, segue-se o mesmo caminho, tanto no que se refere à integração quanto no que se refere à regionalização, à divisão de poder, digamos assim, dentro da Polícia Militar.

Hoje, já está sendo encaminhada, está em fase final de elaboração, a proposta de regionalização da Polícia Militar. Nós estamos trabalhando, no primeiro momento, com a divisão do Estado em cinco grandes áreas, que serão comandadas por coronéis, ou seja, descentralizar também a determinação, a decisão política do Sr. Governador, no sentido de descentralizar a atuação da Polícia Militar, levando também os escalões superiores para o interior do Estado. No interior do Estado, mais próximo dos acontecimentos, o coronel vai estar ali com poder efetivo de decisão, e poucas situações dependerão de contato ou da interferência do Comando-Geral da Capital.

Hoje, nós temos uma estrutura dividida em destacamentos, companhias, pelotões e batalhões. Às vezes, uma providência tem que passar por todos esses níveis hierárquicos até chegar à decisão final do Comando-Geral. Com a presença dos coronéis e dos oficiais superiores em determinadas regiões do Estado, isso vai facilitar, porque o contato vai ser direto, entre o Comando da Área e o Comando-Geral.

Além disso, nessa regionalização, o Estado será subdividido em regionais, acompanhando o mesmo modelo que existe, hoje, na Polícia Civil, de modo a permitir uma maior descentralização ainda das atividades da Polícia Militar. Essa divisão regionalizada fará com que, em cada uma dessas regiões, exista um oficial superior, comandando as ações nessas localidades, trabalhando próximo com o Delegado Regional de Polícia Civil. Isso vai facilitar, e muito, o trabalho policial, dando uma maior eficiência. Além do que, com toda certeza, a proximidade dos oficiais superiores, a proximidade que já existe hoje nesse modelo descentralizado da Polícia Civil, dos delegados regionais, vai facilitar a vida do cidadão, vai permitir um controle maior nas próprias corporações com relação aquilo que está se passando no interior do Estado.

Nós temos, hoje, no modelo atual, situações em que um soldado ou, às vezes, um cabo comanda um destacamento, sem nunca ter havido a presença de oficiais naquelas localidades. Eu até costumo, às vezes, brincar com o pessoal, dizendo que tem, hoje, soldado no interior do Estado, em determinadas regiões, que tem mais poder que o próprio Governador do Estado, porque ali ele decide o que fazer, o que não fazer, quem prender, quando prender. Isso decorre do distanciamento entre o Comando e aqueles que estão lá na ponta. Essa distância, hoje enorme, que existe tem que ser reduzida. E o caminho, entendemos nós, passa por esse processo de regionalização.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Nós temos situações que, momentaneamente, digamos assim, impedem a implementação imediata desse plano e que também causaram, levaram a essa situação. São essas distorções que buscamos corrigir. Exemplo disso são os cursos de formação de sargentos, que há quase nove anos não são realizados. O sargento tem a função de fazer o elo ali entre a tropa e os oficiais e tem até, em determinadas situações, condições de comandar alguns desses destacamentos. Na realidade, o que existe hoje são destacamentos comandados inclusive por soldados. Isso tem que mudar.

Já está em andamento, também, o curso de formação de cabos, como incentivo à tropa, para melhorar não só o salário, mas também as condições, o preparo das pessoas para desempenhar determinadas funções.

Além disso, emperra um pouquinho a implantação imediata desse plano a questão da estrutura física em algumas localidades, mas já estamos buscando soluções, buscando alternativas, buscando parcerias com municípios e outros órgãos, não só dos Poderes públicos, mas da sociedade civil organizada, para que possamos implementar isso o mais rápido possível.

Esses investimentos que eu citei vão permitir também a melhoria, e muito, do atendimento da Polícia Militar. Vivemos, hoje, um momento de crise mesmo no que se refere a equipamento, principalmente viaturas. Todos os dias os senhores têm visto pelos jornais as dificuldades. Isso decorre da política até então vigente, que não fazia manutenção de viaturas, manutenção preventiva, principalmente. A viatura, a partir do momento que entrava em serviço, permanecia em serviço, praticamente vinte e quatro horas, até não ter mais condições alguma de uso.

O Governo do Estado está fazendo investimentos significativos. Isso, se não solucionar de imediato o problema, vai amenizar, e muito, vai dar uma boa estrutura de trabalho.

Para os senhores terem uma idéia, as Polícias Civil e Militar fizeram todos os levantamentos, os estudos necessários para aquisição de viaturas, para adquirir aquilo que seria o ideal para trabalhar, para desempenhar bem as suas funções. Esse ideal bateu um montante de vinte e dois milhões de reais, salvo engano. O Governador do Estado, nesse esforço quase que sobre-humano, conseguiu dispor, colocar à disposição da Segurança Pública dezesseis milhões, só com recursos do Estado, conforme já mencionei.

Nós estamos buscando, já acertamos na Secretaria Nacional de Segurança Pública, mais um milhão de reais, que já estão garantidos. Segunda-feira, terça-feira e quarta-feira, vamos discutir com o Secretário Nacional todos os projetos. Vamos mostrar tudo aquilo que pretendemos fazer no Estado, e estamos já na iminência de assinar outros convênios. É muito provável, é muito provável mesmo, que cheguemos a esse valor ou até que superemos o valor tido como ideal pelas polícias para investimento em viaturas.

Mas outros investimentos são necessários, inclusive estamos discutindo quais seriam as prioridades, neste momento, para se investir esses recursos ou os demais que estão destinando à Secretaria.

O nosso trabalho, as nossas metas, aquilo que almejamos na Secretaria passam por essa integração, pelos trabalhos de descentralização e pelo aperfeiçoamento de algumas atividades.

O Deputado Zé Carlos do Pátio demonstra uma preocupação no que se refere ao policiamento preventivo a cargo da Polícia Militar. Nós temos, hoje, a certeza de que os investimentos devem ser feitos, devem ser direcionados às Companhias Comunitárias de Segurança. É o que tem dado resultados mais significativos, é o que chama, traz, aproxima a população.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Uma das metas que temos também, Deputado Riva, é buscar apoio não só dos Poderes constituídos, como Assembléia Legislativa, Poder Judiciário, Ministério Público, mas também da sociedade civil organizada e, principalmente, das comunidades envolvidas com a questão da segurança. E esse trabalho é muito bem feito pelas Companhias Comunitárias. Está mais do que demonstrado, mais do que provado que onde há engajamento da sociedade na busca de solução para os problemas de segurança pública, esses problemas são trazidos, são discutidos e as soluções vêm muito mais rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Sr. Secretário, nós vamos viabilizar mais dez minutos para Vossa Excelência encerrar, por já estarem vencidos os vinte minutos.

Comunicamos a presença do Deputado Pedro Satélite e o convidamos para compor a Mesa, bem como do Dr. Ussiel Tavares, Presidente da OAB-MT. Muito obrigado.

Continua com a palavra o Secretário.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Obrigado.

Esse trabalho desenvolvido pela Polícia Comunitária tem que ser um trabalho afinado, e muito, com a Polícia Civil, com as Delegacias de Polícia, transferindo as informações, transferindo aquilo que a comunidade está sentido, para que a Polícia Civil possa, a partir das informações, a partir daquilo que a Polícia Comunitária está levantando, transferir esses dados e começar a trabalhar em conjunto. Aí sim, buscando retirar, se for até o caso, de circulação as pessoas envolvidas com a criminalidade.

Para isso, é imprescindível a participação da sociedade de um modo geral. Nós estamos em via também - e isso é um trabalho que já está implantado há algum tempo - de colocar em funcionamento o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública - CIOSP. É mais uma ação que visa à integração dos órgãos da Segurança.

Creemos nós que vai racionalizar, e muito, a atividade das Polícias, vai diminuir consumos e nós vamos ter condições de otimizar todo o aparato policial, desde equipamentos, pessoal, tudo aquilo que envolve a Polícia. Isso está em via de começar a funcionar, num primeiro momento, em caráter experimental, envolvendo a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, o CGPI, e, num segundo momento, a Polícia Militar. Aglutinaria todos os centros. Seria um centro operacional de todos os órgãos da Segurança Pública, o *Call Center*, todas as denúncias chegariam ali e, imediatamente, seriam transferidas para analistas, para profissionais de cada uma das instituições, que decidiria qual providência deveria adotada. A determinação com relação a essa providência seria, imediatamente, transferida para as pessoas que estão lá na ponta e que vão, realmente, executar o determinado.

Nós estamos, também, buscando - e essa é uma das prioridades da Secretaria - conter ou ter à disposição um banco de dados que possa permitir a programação e o planejamento das ações policiais. Um banco que nos forneça dados georreferenciais, situação de crime em cada ponto da cidade, em cada rua, em cada bairro, em cada região, para direcionarmos, a partir daí, as atividades. Essa é uma das prioridades. Inclusive, vamos levar, na segunda-feira, na terça-feira, ao Secretário Nacional de Segurança Pública para que a União nos ajude nesse aspecto, nesses investimentos, hoje, imprescindíveis, uma vez que informação é essencial. Nós precisamos acompanhar a evolução do crime. Hoje, o crime está muito evoluído, evolui a passos largos, e nós não podemos continuar sem o mínimo de recursos tecnológicos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Há que se ressaltar, também, a necessidade de investimentos na formação, na montagem de um sistema de inteligência integrado, envolvendo as Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Perícia e a própria sociedade, para alimentá-lo.

Eu não sei se fui claro, mas quero reiterar e deixar evidente que, hoje, nós passamos por uma situação difícil, mas acreditamos, e muito, no Governador Blairo Maggi, na sua disposição em investir, em fazer da segurança pública, ao lado da educação, ao lado da saúde, ao lado dos transportes, suas prioridades de Governo. E as demonstrações já foram dadas.

Ainda hoje tomaram posse 32 ou 33 delegados de polícia, mais alguns escrivães e agentes. E já está autorizada a abertura de um novo concurso. Este ano vai ser muito difícil, porque esse tipo de concurso, principalmente o da Polícia Civil, demanda mais tempo, porque são concursos de provas e títulos, são várias fases. É bem possível não concluir esse concurso este ano, mas, para o começo do ano que vem, já está acertado o compromisso de nomeação de mais delegados e mais agentes, assim como já está acertada a realização de mais um concurso público para a Polícia Militar, com nomeação, antecipadamente autorizada, de mais quinhentos policiais ainda este ano.

Isso vai resolver o problema da segurança? Com toda certeza, não! Até porque o problema da segurança - como lembrou o Deputado Zé Carlos do Pátio - passa por outras situações, passa por questões econômicas, pela miséria, pelo desemprego, pela habitação, saúde e educação, por uma série de coisas. Nós temos que trabalhar, em razão disso, e mais do que nunca, com todos os órgãos, não só o Poder Executivo, mas também os demais Poderes, até porque não há solução milagrosa. Não vamos conseguir reduzir a criminalidade se não houver investimentos em outras áreas. Se cada pessoa da sociedade, cada setor dos Poderes públicos cumprir o seu papel, vai refletir diretamente na segurança pública. E aí sim, nós poderemos dizer que teremos efetivamente dias de paz.

Voltando à questão que eu estava colocando, o nosso trabalho vai passar sempre pela integração, pela descentralização, pela modernização, pela busca incessante de equipamentos para as Polícias Civil, Militar e CGTI.

Para finalizar, eu gostaria de ressaltar a questão dos bombeiros. Hoje, existe muita reivindicação, existe quase que um clamor público no sentido que se decida imediatamente, o mais rápido possível, a questão das nomeações. Porém, ainda não posso, ainda não temos condições de determinar, decidir essas nomeações. No momento exato elas vão acontecer, mas não podemos ainda definir uma data precisamente.

As pessoas podem questionar, os bombeiros podem até indagar, se o problema é financeiro, se o problema é recurso, como é que se faz investimentos nas Polícias Civil e Militar, na CGPI e se autoriza a abertura de novos concursos. Infelizmente, hoje, nós temos que decidir entre um e outro. O ideal seria que pudéssemos fazer a nomeação de todos. Não adianta aumentar o efetivo do Corpo de Bombeiros, se não tivermos condições de dar o mínimo de segurança, segurança no sentido de atividade policial, à população. Infelizmente, não temos condições, porque os recursos alocados, como eu disse, vêm de um esforço quase que sobre-humano do Governo. Infelizmente, não posso dar essa notícia.

Agora, nós temos discutido com o Governador, temos colocado e temos até trabalhado com a perspectiva de se fazer o mais rápido possível investimento no que se refere ao equipamento dos bombeiros. A atividade de bombeiro não se restringe apenas a apagar incêndios, há muitas outras, como a questão de salvamento. Discutimos esses dias isso e é preciso, sim, investir, mas só poderemos fazer isso no momento correto, porque agora não é possível.

Eu agradeço, Deputado Zé Carlos do Pátio, a oportunidade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Teria ainda muito o que colocar, teria que explicar muita coisa ainda, mas o tempo, como foi dito no começo, é curto, por força do Regimento Interno.

Eu agradeço mais uma vez. Coloco-me à disposição dos senhores, assim como toda a cúpula da Segurança Pública do Estado aqui presente, para discutir tudo aquilo que for de interesse da sociedade. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Convido o Deputado Nataniel de Jesus para compor a Mesa.

Quero passar um dado aqui: Cuiabá é a terceira Capital, proporcionalmente, com maiores números de homicídios do País! São cerca de 69,5% homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, ficando atrás apenas de Recife e Vitória, com percentuais de 95,8% e 78,8%, respectivamente (fonte Waiselfisz 2002 (SIM/dataus)).

Mato Grosso é o quarto Estado brasileiro com o menor número de efetivos de policiais militares. Existem no Estado 4.529 homens, cerca de 181,30 para cada grupo de 100 mil habitantes, índice bastante distante do Distrito Federal, Estado com maior número de policiais militares do País, sendo cerca de 731,80 para cada grupo de 100 mil habitantes (Fonte Secretaria Estadual de Segurança Pública, Ministério da Justiça, Senasp, Decasp, IBGE).

Passarei a palavra ao Sr. Arnaldo Souza Neto, Secretário Adjunto de Planejamento, neste ato, representando o Secretário Yenes Jesus Magalhães.

Tivemos uma reunião com o Secretário Yenes Magalhães e ele nos falou dessa preocupação do Governador e que ele estava fazendo um contingenciamento, tirando dinheiro de cada secretaria para colocar na Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Ele nos disse que esse contingenciamento já chegou a quinze milhões e que depois fará um outro contingenciamento de mais de dez milhões.

Acho que o Sr. Arnaldo poderá explicar melhor esse encaminhamento.

Com a palavra, Sr. Arnaldo Souza Neto.

O SR. ARNALDO SOUZA NETO - Boa-tarde!

Em nome do Deputado Riva, cumprimento as demais autoridades aqui presentes.

Meus senhores, minhas senhoras:

Efetivamente o Governo do Estado determinou à Secretaria de Planejamento que não envidasse esforços para que atendesse todos os pleitos possíveis da Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Isso está ocorrendo em parceria, o nosso Secretário Célio Wilson e o Secretário Yenes Magalhães. Estão estudando todas as possibilidades, como cancelamento de projetos que podem ser cancelados, para transferir recursos efetivamente para a Secretaria de Justiça e Segurança Pública. É prioridade do Governador a segurança. Ele tem determinado isso sempre nas reuniões.

Esses recursos que o Deputado Zé Carlos do Pátio adiantou já estão consolidados. Estamos preparando a transferência de recursos e esperamos, num curto prazo, deixar à disposição da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, para que possamos, efetivamente, traduzi-los em ganho de qualidade de vida da comunidade.

O Governador tem externado, em todos os seus pronunciamentos, a necessidade da melhoria da segurança do Estado. Ele não tem só falado, ele tem efetivamente agido. Ele, além de estar repassando o dinheiro do contingenciamento de outras secretarias, no valor de 15 milhões, abriu uma janela naquele dinheiro contingenciado do orçamento, no valor de dez milhões. Isso demonstra por si só o investimento que será feito neste Estado pela Fonte 100, que é de suma importância na definição de prioridades.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Podemos dizer também que, na Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, estamos com uma equipe, hoje, trabalhando junto com o Secretário, ajudando a elaborar esse planejamento estratégico. Estaremos também juntamente com ele e a nossa equipe, trabalhando na elaboração do planejamento do Estado de Mato Grosso, de forma que a segurança tenha participação ativa em todas as suas ações.

Estamos à disposição de todos para qualquer coisa que precisarem, para qualquer esclarecimento referente à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, e deixamos aqui dando o nosso apoio ao Secretário Célio Wilson de Oliveira. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Coronel Emanuel Oliveira Neto, que tem, segundo o Regimento Interno da Casa, três minutos para fazer as suas considerações.

O SR. EMANUEL OLIVEIRA NETO - Srs. Deputados Riva e Zé Carlos do Pátio, em nome dos quais eu cumprimento os demais Parlamentares, o Sr. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e demais membros desta Mesa; senhores oficiais militares, integrantes do Corpo de Bombeiros e cidadãos aqui presentes:

A violência é um tema interessante. Nós, policiais militares, também somos vítimas da violência, porque nós somos cidadãos, pagamos impostos, sofremos também. A questão da violência, como aqui já foi falado, é uma questão sociológica e tem que ser analisada. E o Governo Federal tem culpa no cartório, não podemos jamais esconder isso. Há um desemprego brutal. Somos obrigados a cumprir metas, e mais metas, e mais metas do FMI, Infelizmente, chegamos a este caos. É culpa do Governo Federal, que lançou esse Plano Nacional de Segurança Pública para tentar contornar essa situação.

A questão de segurança pública não é questão exclusiva de polícia, passa por questões de alianças políticas. As lideranças deste Estado precisam de alianças políticas para resolver esse problema. Há necessidade de envolver, de engajar, toda a sociedade, o Poder Judiciário, uma vez que existe lentidão da Justiça, o Ministério Público, toda a sociedade civil organizada.

Há necessidade de uma mudança sistema de ensino do País. As escolas, hoje, não prepararam o jovem para o mercado de trabalho.

A Polícia Militar também precisa de investimento. A Polícia Militar, em 1987, fez um planejamento, naquela época, estratégico, que previa onze mil, cento e oitenta e quatro homens. Hoje, em 2003, a Polícia Militar está trabalhando com a metade, com cinquenta por cento do seu efetivo.

O desenvolvimento do Estado, a estabilidade política, econômica e social depende da Polícia Militar. Graças a Deus, hoje, nós temos um governante que está preocupado com essa grave situação. Precisamos reverter esse processo. Graças a Deus, nós estamos imbuídos e engajados com a determinação do Sr. Secretário de Justiça e Segurança Pública. Nós estamos trabalhando de forma integrada com a Polícia Civil. Quando a população clama por Polícia, não quer saber se é Polícia Militar ou se é Polícia Civil. A população quer segurança pública.

Neste momento, nós precisamos nos unir para vencermos a criminalidade e, para tal, este ano o Comando-Geral, através do Coronel Jorge, promoveu uma discussão sobre planejamento estratégico, envolvendo a sociedade. Lá foram discutidas situações como a da segurança pública. Graças a Deus, neste dia, lá em Chapada dos Guimarães, congregamos toda a cúpula da Segurança Pública, objetivando mudar esse quadro de restrições que ora atravessa o Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Nós vamos vencer. Nós vamos vencer, porque nós temos ousadia, nós temos coragem, nós vamos inovar, vamos ser eficientes, mesmo com os poucos recursos que temos. O importante é que estamos buscando soluções com a nossa vontade.

Fico mais satisfeito, ainda, quando vejo esta Casa, composta por pessoas ilustres, conclamando a sociedade para discutir uma situação tão grave, que é a questão da segurança pública. A questão da segurança pública tem que ser discutida, porque nós também somos cidadãos e passamos por dificuldades.

Graças a Deus, este ano, já se formaram quarenta soldados. Foram incluídos trezentos soldados no curso, que serão distribuídos em vários pólos. Ocorrerá, nos próximos dias, a inclusão de mil homens, sendo que quinhentos serão chamados no segundo semestre e os outros quinhentos em 2004.

Eu estava conversando com o Sr. Secretário de Justiça e Segurança Pública e ele me disse que, talvez, procederá a estudo, junto ao Governador, para aumentar esse número.

É disso que nós precisamos, ter coragem para vencer. E nós vamos vencer essa dificuldade. Infelizmente, hoje temos o reflexo dos atos do passado. Se hoje a Polícia Militar estivesse com o seu quadro completo, talvez a situação seria outra. Infelizmente, os governos passados postergaram, brincaram de fazer segurança. O reflexo está aí e a população reclama. Essa culpa não é exclusiva da Polícia Militar. Infelizmente, o que ocorre devido a essa brincadeira? Devido a essa brincadeira ocorre sobrecarga de trabalho. Tem hora que somos cobrados pela imprensa e pela própria sociedade, porque estamos trabalhando além da nossa capacidade (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado, Coronel.

O Estado de Mato Grosso, Deputado Riva, tem dois milhões, quinhentos e quatro mil habitantes. Há em Mato Grosso cerca de cento e cinquenta policiais federais, entre agentes, delegados, escrivães, peritos, papiloscopista e agentes administrativos. O mesmo contingente do Estado do Alagoas, que é quase do tamanho de um município de Mato Grosso, onde a população é de quinhentos e cinquenta e sete mil habitantes.

Não podemos esquecer que o nosso Estado possui cerca de 700km de fronteira seca. Quer dizer, não é justo Mato Grosso ter o mesmo efetivo da Polícia Federal do Estado do Alagoas, sendo que somos um Estado de 1.000.000km² e temos 700km de fronteira seca.

Eu acho que a Assembléia Legislativa deve marcar uma audiência com o Ministério da Justiça para solicitar um maior efetivo da Polícia Federal, aqui, para combater o narcotráfico.

Com a palavra, o Dr. Paulo Roberto Brandão, Chefe de Gabinete, neste ato, representando o Dr. Romel Luiz dos Santos, Diretor do Departamento da Polícia Judiciária Civil.

O SR. PAULO ROBERTO BRANDÃO - Exmº Deputado Zé Carlos do Pátio, em nome de quem cumprimento todas as autoridades que compõem a Mesa; senhores que compõem esse seletor auditório:

A Polícia Civil não se encontra alheia ao caos da segurança pública do Estado. Ela também se encontra como vítima desse sistema, entretanto não insensível a toda essa situação.

A nova Diretoria da Polícia Civil, representada pelo Dr. Romel Luiz dos Santos, desde o primeiro momento detectou essa situação delicada por que a sociedade mato-grossense passa, assim como a Polícia Civil do Estado.

Ao longo dos anos, por falta de investimentos, por falta de recrutamento e de números ideais para substituir seus membros, para desenvolver novas disposições de trabalho em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

prol da sociedade mato-grossense, veio timidamente incorporando alguns membros e ressentido-se, hoje, pela falta de material humano e meios de trabalho também. Isso, desde o primeiro momento, foi detectado, tanto é que para Cuiabá e Várzea Grande, que são pontos críticos do Estado em termos de segurança pública, foi projetado e apresentado ao Secretário Célio Wilson, que muito bem explanou toda a situação e as soluções já encaminhadas, um plano para, em cento e oitenta dias, atender às necessidades prementes da sociedade mato-grossense, principalmente o cidadão vítima de Cuiabá e Várzea Grande.

O custo desse plano, com reformas e aquisição de veículos e móveis, é de dois milhões, trezentos e oitenta mil reais, e já está em fase de implementação. Eu acredito e tenho certeza de que, uma vez implementado, no mais curto prazo, a Polícia Civil terá uma melhora na qualidade do serviço que prestará à sociedade cuiabana e várzea-grandense e também uma melhora na auto-estima do seu policial que está aí, no dia-a-dia, verificando essa situação sem poder fazer muito.

Apesar dessa falta de recurso, a nossa Polícia ainda é valente. Ela tem conseguido significativos resultados, principalmente na área de combate ao crime organizado, junto ao GCCO, e também na divisão anti-sequestro, com cem por cento de casos resolvidos e algumas quadrilhas que foram desarticuladas pelas Delegacias de Roubos e Furtos.

No ano de 2001 e 2002, o índice de homicídios reduziu trinta por cento. Nós baixamos de cinquenta e três homicídios por mês para vinte e cinco homicídios por mês, em média. Este ano tivemos um relativo aumento para quarenta, até pela falta de viaturas, de pessoal e de meios...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Gostaria de pedir licença e convidar o Secretário Estadual de Administração, Marcos Machado, para compor a Mesa. Ontem, inclusive, nós tivemos uma conversa a respeito da nossa preocupação com a segurança. Agradecemos a sua presença.

Continua com a palavra o Sr. Paulo Roberto Brandão.

O SR. PAULO ROBERTO BRANDÃO - Todas as situações já foram detectadas.

Há um trabalho, embora não muito divulgado, mas reconhecido, de esforço pessoal de cada policial. Os nossos pontos críticos também não são só na Capital. Se a Capital é o espelho da Polícia, imaginem os senhores o interior, que também passa por situações delicadas. Há um estrangulamento na Polícia Civil, na Regional de Polícia de Juína e de São Félix do Araguaia, onde o Dr. Milton Teixeira, que é Diretor de Polícia do Interior, já tem preparado um plano emergencial para atender essas regiões, apenas aguardando a alocação de recursos, para que ele também possa ser implementado.

A Polícia Civil, hoje, para que atenda todo o Estado, necessita de um investimento no valor de dez milhões e oitocentos mil para aquisição de viaturas, mas viaturas adequadas, que atendam às necessidades de cada região. É necessário investimento de manutenção para que não tenhamos viaturas apenas para três, quatro meses, mas que perdurem por até seis anos, com um trabalho efetivo em favor da comunidade.

Todos os problemas já foram vistos e as soluções já foram encaminhadas. Nós estamos aguardando, agora, que as verbas sejam alocadas para que possamos trazer à sociedade o trabalho que ela necessita e da forma que queremos, que é servir bem, dando segurança a todo cidadão.

Foram empossados, no dia de ontem, 33 delegados, 37 escrivãs e 140 agentes policiais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Nós temos um problema muito sério para fixar o pessoal no interior com salário inicial de seiscentos e cinquenta reais. É um problema que já levamos também à Secretaria e estamos em busca de uma solução. Eu acredito que com a boa vontade do Governo do Estado e o trabalho sério daqueles que, hoje, compõem a Segurança Pública... Ninguém quer apresentar planos para enganar a sociedade, nós queremos apresentar coisas objetivas que tenham resultados favoráveis para a instituição, para a sociedade. Estamos encaminhando e vendo tudo isso. Eu tenho certeza de que, uma vez tudo isso implementado, teremos novos rumos para a Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Passo a palavra ao Deputado Ságua que, por ser membro de outra comissão, terá que participar de uma reunião na Sala das Comissões deste Poder.

O SR. SÁGUAS - Cumprimento todos os componentes da Mesa na pessoa do Deputado Riva, Presidente desta Casa.

Agradeço a presença do Dr. Célio Wilson de Oliveira e demais autoridades em tão importante Audiência Pública, requisitada pela Deputada Verinha Araújo, que está em missão oficial em Brasília, e pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, que está presidindo os trabalhos.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que a situação da segurança pública hoje vivida pelo Estado de Mato Grosso é uma herança de governos anteriores que não investiram, ao longo desses anos, na questão da polícia, na segurança pública como um todo, em Mato Grosso. Avalio que, mesmo com essas ações que acontecerão daqui por diante, o modelo vigente está superado, esse modelo que aí está não serve mais, porque observamos falta de aparelhamento da Polícia Militar e da Polícia Civil. A polícia técnica está funcionando muito precariamente, em termos de quantidade no Estado todo, não está presente em todo o Estado, por isso dificulta as investigações de crimes que ocorrem por este Estado fora, enquanto que o crime organizado está muito bem aparelhado, cada dia mais aparelhado.

Enquanto as Polícias Militar e Civil não têm viaturas, ou as viaturas estão com dificuldades, o crime organizado utiliza bi-motor, usa jatinho, usa aviões de vários modelos e armamentos pesados, armamentos que nem as Polícias Militar e Civil detêm. No caso do Rio de Janeiro, até o armamento do Exército brasileiro, se comparado com algumas organizações criminosas do Rio de Janeiro, está ultrapassado. Enquanto o crime organizado e o narcotráfico estão a mil por hora, nós estamos capengando.

Mato Grosso praticamente triplicou a população em treze anos e nesses treze anos o efetivo da polícia não triplicou. Os investimentos em outros setores não triplicaram neste Estado.

Nós temos algumas questões emergenciais a serem atendidas e eu acho que o Governo Blairo Maggi, através do Secretário de Justiça e Segurança Pública, com toda a sua equipe, está trilhando o caminho correto, porém temos que rediscutir um novo modelo, porque a sociedade é muito dinâmica. Nós sempre dizemos que quando algum tipo de fraude é descoberto, em alguma agência de fiscalização, e começa um trabalho no sentido de coibir aquele tipo de fraude, dentro de três a quatro meses, já surge um novo sistema de fraude. Então, as coisas são muito dinâmicas, e a polícia tem que estar em constante qualificação, em constante formação - e em toda sociedade acontece isso -, para que ela possa estar apta a agir em qualquer momento no combate ao crime comum, no combate ao crime organizado, no combate ao homicídio, enfim, no combate aos mais variados tipos de crime. Outro ponto é a prevenção, a polícia tem que também trabalhar a questão da prevenção.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

O maior investimento a ser feito, um dos maiores, é na questão dos recursos humanos. Além de termos pequena quantidade, o déficit do Estado, hoje, é praticamente em torno de cinco mil policiais militares, devido às condições de trabalho, devido a tudo o que ocorre neste País. Parte da corporação deteriorou-se. Nós temos os maus policiais, como temos o mau médico, o mau dentista, a má costureira. Nós temos bons e maus profissionais.

Tenho observado, eu que sou do interior, sou de Juína, que a punição ao policial militar é a transferência para o interior do Estado. Eu acho que para ir para o interior do Estado, e o senhor acabou de levantar essa questão, o policial tem que ser premiado, ele tem que receber um prêmio para ir para o interior do Estado. As condições do interior do Estado são adversas. Têm regiões do interior do Estado que são ótimas, mas tem regiões que são muito difíceis, como, por exemplo, Colniza, que está a 1.100km - o Deputado Riva bem conhece lá -, é uma região inóspita nesse período de chuva. O policial que está lá tem que ser premiado, tem que ser um bom policial e tem que receber um incentivo por isso. Não pode ser aquele policial transferido por punição. A punição tem que ser cumprida, tem que ser feita dentro do Regimento Interno da Polícia. Se ele cometeu alguma irregularidade, ele tem que ser punido, conforme o que prevê o Regimento Interno da Polícia. Não pode ser: Ah, você cometeu uma irregularidade e será transferido para Juína. Se lá em Juína, reincidir, vai para Colniza. Não pode ser assim.

Eu creio que é preciso repensar a questão da segurança pública no Estado de Mato Grosso, que passa por aí também.

Para concluir, o Governo Federal, o Governo do companheiro Lula, já está trabalhando na questão da gestão compartilhada no Espírito Santo, já está negociando com o Rio Grande do Sul. Eu espero, mesmo que não seja o modelo de gestão compartilhada de segurança pública, mas, provavelmente, Mato Grosso discutirá com o Governo Federal, que nós possamos integrar as Polícias, Civil, Militar e, principalmente, Federal, porque o crime não tem fronteiras, o crime não escolhe Estado. Quando a Polícia Militar trabalha dissociada da Civil e a Federal numa outra situação, nós temos três frentes de ação, cada uma trabalhando de forma fragmentada, de forma segmentada, o que não colabora para que tenhamos uma ação mais eficaz na questão do combate ao crime. Era essa a minha contribuição.

Estaremos, na Assembléia Legislativa, à disposição para que nós possamos de fato resolver aos poucos e, quem sabe, garantir mais segurança ao povo de Mato Grosso. Não devemos ter uma proposta acabada para a questão da segurança pública. Essa proposta tem que ser discutida todos os dias. Na hora em que tivermos um modelo ideal, nós continuaremos discutindo para a manutenção desse modelo ideal, para que não cheguemos à situação de calamidade que chegamos nesse momento. Se há dez anos tivessem feito os investimentos necessários, com certeza, hoje a situação seria bem diferente. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou passar mais um dado.

Em abril de 2001 e em junho de 2002, duas mil, seiscentas e setenta e três pessoas foram encarceradas em Mato Grosso, o que contribuiu para o agravamento do sistema carcerário do Estado.

Eu quero parabenizar todos que estão usando da palavra, porque estão colocando propostas.

Eu estava conversando com o Secretário de Administração sobre a importância do que foi colocado aqui pelo Deputado Ságuas. Por exemplo, um integrante do GEFRON, do Grupo Especial de Fronteira, é justo ganhar igual a um soldado que está aqui muitas vezes trabalhando no ar-condicionado? Eu acho que deve ter um incentivo para ir para o interior, para a fronteira, para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Vila Rica. Eu acho que é justo dar um tratamento diferenciado. Nós temos que colocar proposta, e até coloquei para ao Secretário de Administração. Nós vamos ouvir para, depois, a Assembléia Legislativa levar as propostas.

Com a palavra, o Sr. Ussiel Tavares, Presidente da OAB.

O SR. USSIEL TAVARES - Deputado Zé Carlos do Pátio, em nome de quem eu cumprimento toda a Mesa; senhores e senhoras:

A minha fala é no sentido de manifestar uma preocupação que até já tratei, pessoalmente, com o Secretário de Justiça e Segurança Pública ontem à tarde, numa audiência que tive com ele.

Eu acho que não se discute políticas de segurança pública se a sociedade não perceber da parte do aparelho estatal a punição. Acredito que, enquanto a sociedade tiver certeza da impunidade, cada vez mais haverá essa onda crescente de violência.

Em Mato Grosso, tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar têm trabalhado na elucidação de vários crimes. Eu posso citar aqui dois, envolvendo advogados. Eu cito um, envolvendo o Vice-Presidente da Subseção de Sorriso, que foi vitimado num atentado, inclusive foram identificados os mandantes do crime. Em Vila Rica, também um advogado, um conselheiro federal foi executado lá naquela cidade e também rapidamente se chegou ao executor, ao mandante do crime. Só que nós não temos tido competência para manter esse pessoal preso. Então, isso faz com que a sensação de impunidade aumente cada vez mais...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Convido o Deputado Renê Barbour para compor a Mesa.

O SR. USSIEL TAVARES - Eu gostaria até de pedir a compreensão do Secretário Célio Wilson de Oliveira, porque eu não estou aqui fazendo qualquer crítica, eu estou trazendo um problema que é público, que é crônico e eu quero trazer a esta Casa essa preocupação.

Agora, referindo-me à fuga ocorrida na semana passada, do cabo Hércules, acusado de uma série de crimes. O sentimento de toda a sociedade, quando ocorreu aquele fato lamentável, foi de decepção.

Nós temos que fazer, aliado a essas discussões sobre segurança pública, um novo modelo carcerário, um novo modelo penitenciário. No Governo passado, eu até cheguei a acompanhar e propor a privatização, a criação de presídio-indústria, para que criássemos formas alternativas de manter o preso ocupado.

Diante desse quadro penitenciário que temos aqui em nosso Estado, não é possível se admitir nos dias de hoje prender um preso com cadeado. Nós temos que investir em segurança eletrônica, que depende cada vez menos do ser humano, porque o ser humano é passível de erro, existe toda uma situação conjuntural que acaba propiciando essa conduta, não que isso justifique.

Nós temos que discutir claramente uma proposta para o sistema penitenciário, senão nós teremos aqui sempre a sensação de impunidade, o que faz com que a sensação de segurança cresça cada vez mais.

A cada tragédia que acontece em Mato Grosso, nós voltamos a discutir, e essa discussão acaba se perdendo no tempo. A última vez que eu me vi numa situação, numa audiência pública, de toda sociedade revoltada, foi justamente quando ocorreu o homicídio, o assassinato do empresário Sávio Brandão. Precisou haver uma fuga com essa repercussão para que voltássemos a discutir.

Nós precisamos discutir claramente, abertamente, porque esse sistema não está servindo a ninguém. Gostaríamos de debater aqui, com toda sociedade, que tipo de presídio nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

poderíamos... Vamos ousar! Por que sempre os outros Estados acabam tomando as primeiras iniciativas e nós copiamos? Vamos tentar ousar de alguma forma, para que o sistema penitenciário cumpra o seu efetivo papel de recuperação. Vamos mostrar o aparelho estatal à sociedade, que estamos aqui para punir e que quem desviar a conduta será punido.

Essa é a nossa contribuição (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado, Sr. Ussiel Tavares.

Com a palavra, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Secretário de Justiça e Segurança Pública, Célio Wilson de Oliveira; Deputado Riva, em nome do qual cumprimento a Mesa; senhoras e senhores:

Eu inicio a minha fala dizendo que a segurança pública é obrigação do Governo e dever de todos.

Eu vejo aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio, que está se procurando culpados, passa de um para outro, ex-governo, atual e futuro, sei lá, mas eu acho que essa é uma obrigação de todos.

Fico indignado, quando começamos a falar, por exemplo, sobre a questão do efetivo da nossa polícia, o trabalho que ela faz e o dever de cada cidadão.

Eu me lembro muito bem, Deputado Riva, quando nós aprovamos aqui uma Moção de Aplausos à Polícia Militar por um feito, pela prisão de uma quadrilha lá em Peixoto de Azevedo. Poucos dias depois, através de uma liminar, uma das maiores quadrilhas do Brasil foi solta. Realmente é aquilo que o senhor colocou, a polícia prende, faz um trabalho de gigante e, posteriormente, solta.

Uma outra questão, Sr. Secretário, que eu gostaria que Vossa Excelência revisse. Na semana passada, eu fiquei surpreso com uma situação. Eu acho que a sociedade de Mato Grosso e nem nós sabemos, na verdade, qual é a função verdadeira da polícia, o que ela deve fazer. É difícil e eu vou falar porquê.

Há um município onde um policial da Polícia Civil, no meu ponto de vista, fez um grande trabalho. Ele tinha uma viatura e com essa viatura ele fazia um trabalho de acompanhamento no assentamento, ia com o prefeito, com os sem-terras, acompanhava o sindicato, ia lá no meio dos sem-terras, trabalhava e fazia o serviço. Não houvera nenhum problema até então. De repente essa viatura foi tirada lá do Município de Novo Mundo e esse policial foi transferido, colocando-se em desvio de função. O policial civil não pode sair do município para acompanhar alguém para dar segurança, mas isso aconteceu. Eu acho que isso é errado, eu não aceito e eu acho que essas coisas têm que ser questionadas. Isso aconteceu no Município de Novo Mundo. Com a questão de tirar viatura, eu até concordo, se precisar em outro lugar, mas dizer que é desvio de função do policial fazer um trabalho social... Então, eu não sei mais qual é a função do policial.

Eu entendo que é preciso que todos façam... A mídia também precisa mostrar para a sociedade qual é a função da polícia. A sociedade tem que se aproximar mais da polícia, porque há exemplos de alguns municípios onde isso existe, que eu já citei, e lá não têm maiores problemas. O prefeito, os vereadores e a sociedade trabalham juntos. Eu quero dizer aqui que o culpado de tudo isso é realmente o sistema, são os Poderes. O Poder Executivo tem culpa, o Legislativo tem culpa e o Judiciário também.

Eu vejo aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio, muitos políticos, prefeitos, vereadores... Às vezes, tem um bom policial, que está trabalhando certinho, mas é pedida a transferência dele de um lugar para o outro por questões políticas. Nessas ações aí eu entendo que tem que haver um trabalho maior de unidade entre toda a sociedade. E um outro fator também, eu acho que tem que haver uma unidade maior também entre as Polícias Civil e Militar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Eu deixo aqui essa colaboração.

Espero que seja feita alguma coisa, porque é complicado, aqui já foi citado que o efetivo é pouco, mas eu também acho que têm falhas aí. Eu acho que às vezes teria que se fazer mais alguns cursos de relações humanas, reciclando a nossa polícia, para o policial que entrou na polícia há vinte anos, há tantos anos, hoje é uma outra realidade, um outro mundo. Essa é uma outra contribuição que damos, que haja uma reciclagem.

Não estou aqui culpando ninguém e nem dizendo que o policial que tem uma experiência de muitos anos deve sair da polícia. Não, pelo contrário, às vezes ele pode dar uma contribuição muito maior, mas é preciso reciclagem, como todos nós, em qualquer função, devemos nos reciclar, também. Muito obrigado (PALMAS).

O SR PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Deputado Nataniel de Jesus.

O SR. NATANIEL DE JESUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários, Srs. Comandantes, autoridades aqui presentes, senhoras e senhores:

Nós ficamos muito preocupados com a questão de segurança. Um joga para o outro, o outro jogo para o outro, parece um pingue-pongue, enquanto poderíamos dividir em vários pedaços a questão da segurança.

Nós vemos que o problema da segurança tem os seus princípios na falta de informação, de educação, de civismo. As escolas, hoje em dia, não são como as de antigamente, onde se hasteava a Bandeira Nacional no início da semana, cantava-se o Hino Nacional e o Hino do Estado. Hoje, nós vemos isso aí uma vez por mês.

As crianças hoje estão trocando o certo pelo errado e achando que são os máximos. Fazer o errado tornou-se o máximo e as coisas lícitas ficaram para trás. Eu vejo que, como diz na Bíblia, na palavra de Deus, no Livro da Sabedoria - e as pessoas deveriam buscar essa sabedoria -, a vara se enverga quando está verde. Nós vemos aí os jovens nas escolas de primeiro e segundo graus muito à vontade, muito à vontade. Depois que esse jovem começa a fazer as coisas erradas, depois que ele amadurece fazendo coisas erradas, não adianta envergar mais.

Deputado Riva, uma vara só enverga quando está verde. Depois que o cidadão cresce, amadurece, não tem mais como envergar, aí tem que quebrar. É isso o que tem acontecido.

Parece-me que as escolas deixaram de fazer aquele trabalho de base da sociedade e vem culpando o Governo, culpando a Polícia Militar, culpando quem quer que seja. Eu acho que esse trabalho de base tem que estar focalizado, tem que se cobrar mais do sistema escolar. Temos que mudar o nosso Código, porque o policial corre atrás, gasta gasolina do carro, corre atrás do bandido, pega o bandido e, na hora de prender, vem aquele tal de direitos humanos. Eu faço parte da Comissão de Direitos Humanos, mas para tudo têm limites. Para tudo têm limites. Quer dizer, fica em evidência o trabalho, o serviço da Polícia Militar. Quando alguma coisa sai errada, é sempre a Polícia Militar que paga, é o bode expiatório.

Precisamos ter leis mais rígidas, precisamos dar cobertura a quem trabalha neste setor e devemos também valorizar o indivíduo, o ser humano, o policial, seja militar ou civil. Devemos valorizar o cidadão, porque, como o Coronel disse, o policial também não tem segurança. Olhem o Rio de Janeiro, é ônibus que está ali, conduzindo policiais, metralhado; é policial que passa e é metralhado, é fuzilado.

Então, os conceitos mudaram, se inverteram. O errado, agora, está na moda e o certo está esquecido. Assim como o crime é organizado, eu acho que a sociedade tinha de ser muito mais organizada ainda. Eu acho que está faltando mais organização da sociedade e a culpa não é só

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

da polícia. Não é só colocar a culpa no governador que entrou ou no que saiu. Não é nada disso. Essa é uma questão de toda a sociedade. Devemos começar pela base, pela escola, até chegarmos, finalmente, ao presídio, que vive uma outra situação. Tem que ser feito um trabalho de recuperação, porque ali ele já se tornou um marginal, um bandido. Aliás, essas palavras nem são usadas mais, bandido, marginal. Usam traficante, como se quisessem maquiagem o malfeitor.

Eu acho que muita coisa tem que ser mudada. Nós temos que valorizar mais o policial, colocá-lo mais na mídia. Se ele fez uma coisa boa, o Comandante deveria chamá-lo, informar a todos, dar uma estrelinha para ele, uma bandeirinha, uma fitinha, uma comissão, um “tutu”. É isso mesmo, porque o bandido está toda hora na mídia. Fugas espetaculares. Fuga de helicóptero da Ilha Grande. Os senhores conhecem a Ilha Grande? Eu conheço. Eu sou pastor, mas eu visito os presídios. Eu conheço. Está lá, fugiu. Fuga espetacular. Fugiu do Frei Caneca. Se não começarmos agora, vamos ficar como o Rio de Janeiro. Se não combatermos, agora, com leis mais rígidas, vamos ficar como está o Rio de Janeiro. O policial nem poderá colocar sua farda. Na estrada que liga Vigário Geral a Duque de Caxias, os bandidos fazem *blitze*. Param o ônibus e se tiver um policial, levam para dentro da favela e fuzilam lá dentro. O policial tem medo até de andar com a sua carteirinha. Em Cuiabá, a situação, ainda, não está crítica. Os senhores não conhecem o Rio de Janeiro. Eu até sugiro, Sr. Secretário, que alguns policiais visitem o Rio de Janeiro para ver como é o sistema lá. Os senhores querem ir à Copacabana, à Ipanema, ao Morro da Mineira, ao Morro da Mangueira, ao Vidigal, à Rocinha, para ver como é a coisa. Ninguém quer ir. Estão falando que ninguém quer ir.

Só para os senhores terem uma idéia, eu acompanho pela TV... Aliás, eu sugiro que dê mais ênfase ao trabalho do policial, que dê mais moral a ele. Está faltando isso, Deputado Zé Carlos do Pátio! O bandido rouba e já está na mídia. Pôxa, hoje em dia, aparece um doido, maluco, que escreve a biografia de um bandido. Vamos escrever aqui a biografia do Escadinha. Daí um pouco aparece outro faz um filme sobre a Madame Satã. Aí o pessoal acha bonito, porque Madame Satã, um travesti, bate em seis, oito, dez policiais. Ah, que bacana!

Estão dando muita moral para esse tipo de gente. Tem que valorizar mais o trabalho do policial e fazer do policial um policial padrão. Tem um bom trabalho? Então, vamos valorizar o nosso policial. Se não formos por aí, buscar na educação e em Deus, que é importantíssimo, podemos colocar mais carros na rua, mais armas, mais policial na rua... A Bíblia diz que se Deus não vigiar a cidade, em vão vigiará a sentinela. Muito obrigado, que Deus abençoe a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Deputado Renê Barbour, que é membro da Comissão de Segurança Pública e Comunitária.

O SR. RENÊ BARBOUR - Prezado colega Deputado Zé Carlos do Pátio, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, que em seu nome cumprimento os Srs. Deputados e as autoridades presentes; minhas senhoras e meus senhores, homens responsáveis pela segurança do nosso Estado:

Eu diria de início que é preciso a presença do Secretário de Fazenda nesta Mesa, porque sem recursos não se faz nada. Não adianta discursos sem recursos. É preciso que o Governo Federal vá buscar empréstimo no FMI, como vai buscar para pagar dívida externa, para jogar na segurança do país, porque senão nós vamos ficar aqui fazendo discurso. É preciso dobrar o efetivo militar de Mato Grosso, mas precisa de recursos. Precisamos estruturar a Polícia Civil, que está totalmente desestruturada. Ainda agora fugiram cinco presidiários de Barra do Bugres com a maior

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

facilidade, empurraram, quebraram a parede e foram embora. Por quê? Falta de recursos numa cadeia boa.

Se não mudarmos as leis, se esse Código Penal não for modificado, se cadeia for lugar de lazer para bandido, que tem que tomar sol, que tem que receber visitas, nós não vamos combater o crime nunca. Por que não colocar o Exército? Aqui nós estamos num estado de guerrilha. É uma verdadeira guerrilha dizer que um determinado morro, lá do Rio de Janeiro, enfrenta a polícia e mata policiais. Por que não cercaram esse morro, um mês, dois meses, três meses, com o nosso glorioso Exército Nacional? Dizem que o militar, que o soldado do Exército não está treinado. Pois que treinem. Não é muito mais fácil treinar o soldado, porque nós já temos a estrutura para mantê-los? Eu não vejo, francamente, como combater o crime dessa maneira, dizendo “calma geração”. Mas e aí? Vamos continuar morrendo? Matando? Não temos tranquilidade, saímos à noite armados, com as portas travadas, com medo de assalto. Eu quase fui vítima de um seqüestro, por um fio, estava tudo montado, mas conseguimos prender os seqüestradores. A tensão é muito grande.

Agora, é preciso que se estructure a polícia. Não adianta exigir do Secretário Célio Wilson de Oliveira providências mais enérgicas, se lhe falta a condição primária, que é a estrutura financeira. Vamos perder tempo, vamos discutir teorias que não se aplicam à prática e o Estado não tem condições de manter uma polícia no estilo que eu digo aqui neste microfone. É preciso que o Governo Federal tome uma medida para investir nas polícias de todos os Estados da Federação. Sem isso, Srs. Deputados, senhores ligados à polícia do nosso Estado, nós continuaremos no discurso, na literatura, e nada resolverá. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Coronel Clarindo Vicente Figueiredo Filho, Chefe do Estado-Maior Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso.

Aliás, Secretários de Administração e de Justiça e Segurança Pública, uma das corporações de maior credibilidade que existe é o Corpo de Bombeiros, que está sendo extremamente penalizada com um efetivo muito pequeno hoje. Há uma procura muito grande, solicitando que chame os concursados do Corpo de Bombeiros.

Com a palavra, o Coronel Clarindo Vicente Figueiredo Filho.

O SR. CLARINDO VICENTE FIGUEIREDO FILHO - Deputado Zé Carlos do Pátio, Sr. Secretário de Justiça e Segurança Pública, Célio Wilson de Oliveira; Sr. Secretário de Administração, Marcos Machado; demais Deputados, oficiais, praças e público presente:

O Estado de Mato Grosso atravessa um momento de crescimento acelerado. Com o próprio incentivo do Governo, aqui vem se instalando novas indústrias, novos empreendimentos no sentido de alavancar o crescimento do Estado de Mato Grosso. Todo esse crescimento traz necessidades básicas que a sociedade está a cobrar dos nossos governantes, no aspecto da infraestrutura, em todos os níveis, não só da segurança pública, para que possa garantir o seu patrimônio.

O Corpo de Bombeiros, hoje, vem atuando, dentro da sua estrutura e suas condições, no sentido de garantir à sociedade mato-grossense um aspecto da segurança, em termos de combate a incêndio, salvamento e prática de resgate que, hoje, se tornou um dos serviços de excelência da Corporação. É claro que a nossa intenção aqui não é ficar só debruçados em cima da atividade de resgate que, graças a Deus, é um serviço de grande reconhecimento por parte da sociedade mato-grossense. Também atuamos, junto à estrutura da Segurança Pública, na questão da prevenção, auxiliando na diminuição de acidentes que ocorrem quando atua a parte de resgate.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Outro aspecto interessante que também vale ressaltar é a preocupação da Corporação com esse crescimento acelerado, principalmente na Capital do Estado, onde ocorre um crescimento vertiginoso, segundo nossas verificações.

Nós estamos com três oficiais da Corporação que visitaram o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, do Estado do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo, com o intuito, Sr. Secretário, de apresentar uma proposta, via Secretaria de Justiça e Segurança Pública, ao Governo do Estado, para ser encaminhada a esta Casa de Leis, no sentido de termos um novo Código de Prevenção e Combate a Incêndio para o Estado de Mato Grosso, que, com certeza, nos dará maior credibilidade, maior poder de polícia, para atuarmos dentro do nosso mister, que é justamente o trabalho de prevenção. Se o trabalho de prevenção falhar, torna-se necessário que a Corporação esteja realmente equipada, preparada, com efetivo, equipamento e capacitação nos seus recursos humanos, porque, acima de tudo, nós somos homens e temos nossas virtudes e nossos defeitos. É preciso que a sociedade saiba que não existe o bombeiro herói, existe o bombeiro técnico, que tem as suas limitações, que tem garra, que tem dinamismo, no sentido de garantir socorro, prestado com eficiência, à sociedade, quando solicitado. Muitas vezes ele extrapola a sua técnica em detrimento da falta de equipamentos necessários.

Por isso, é necessário, com certeza, e o próprio Secretário disse que já existe uma preocupação do Governo do Estado, realmente equipar e aumentar o efetivo, para que possamos continuar prestando serviços com excelência à sociedade mato-grossense. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Queria colocar ao Coronel que já há uma campanha de se tirar o Corpo de Bombeiros da Segurança Pública e de passá-lo para um órgão ligado à Defesa Civil. O que eu acho que é o caminho correto, quando analisamos o papel do Corpo de Bombeiros no Estado.

Eu vou passar a palavra, agora, ao Vereador do Município de Cuiabá, Sr. Caio César de Andrade, que está representando todos os vereadores nesta Audiência Pública.

O SR. CAIO CÉSAR DE ANRADE - Gostaria de cumprimentar todos os integrantes da Mesa, Deputado Riva, Presidente deste Poder, Deputado Zé Carlos do Pátio, que brilhantemente tem fortalecido esse trabalho na questão da segurança pública.

Cumprimento todos os integrantes da Polícia Militar, em nome do Comandante-Geral Orestes; cumprimento o Secretário de Estado de Administração, Marcos Henrique Machado; cumprimento todos os componentes da Polícia Civil.

No ano de 2000, em Cuiabá foi debatida a Carta de Cuiabá. Naquela instância Cuiabá foi tomada como um todo na questão da violência urbana, principalmente nas periferias da nossa comunidade. Na Carta de Cuiabá, debatida nas quatro regiões do Município, essas mesmas deficiências foram apontadas.

Temos testemunhas aqui neste auditório, representantes do movimento comunitário, presidentes de bairros, que participaram ativamente da discussão, do debate, da evolução da Carta de Cuiabá. Está presente aqui também o Dr. Raul Spinelli, que foi Subsecretário de Estado de Segurança Pública, que participou ativamente dos debates no Município de Cuiabá.

Quanto a essas deficiências, eu quero dizer aos Srs. Deputados, representantes deste Poder, que houve evolução, consertos... A maior deficiência apontada pelas comunidades é o distanciamento entre a polícia e a sociedade, ou seja, relações humanas. Essa deficiência foi erguida, justificada e resolvida com a criação das polícias comunitárias para se combater o crime, justamente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

nas comunidades onde o índice de criminalidade é alto, como Pedra 90, Três Barras e outras comunidades.

Secretário Célio Wilson e Secretário de Administração, como bem disse o Deputado Renê Barbour, a ausência do Secretário de Fazenda nesses debates é um câncer... Precisamos ampliar, não apenas no questionamento, o número de homens das polícias e ter investimentos para o fortalecer a nossa querida e gloriosa Polícia Militar e a Polícia Civil do Estado de Mato Grosso que ainda é uma das melhores do nosso País. Eu digo isso de carteirinha, porque acompanho o trabalho dia-a-dia nos nossos bairros de Cuiabá.

Eu quero deixar com o Subsecretário de Planejamento e Coordenação Geral uma mensagem ao nosso Secretário Yenes Magalhães, que aumente o “bolo” da segurança pública, na questão das finanças. Não queremos aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio, que esse orçamento se esqueça de premiar a educação, do ensino fundamental ao médio, que deixe de investir na nossa saúde, no Município de Cuiabá. Um outro programa que vai deixar de ser programa, de ser piada, de ser conversa fiada, é a geração de empregos. Cuiabá está com noventa por cento de desempregados, na guerra, a ponto de pais de famílias dizerem: “Vereador, lá em casa não tem mais nada o que comer. O que eu vou fazer de agora em diante, Vereador?”

Eu acho que o Estado tem que se preocupar com a geração de empregos, não somente em planos de Governo, mas na geração efetiva. O Governo tem que buscar a solução para geração de empregos. Aí sim, está a solução do combate a violência. Aí sim, está a verdadeira função do Governo do Estado.

A outra questão que nós queremos deixar aqui é a questão do fortalecimento da polícia de fronteira. O nosso Estado tem uma fronteira muito aberta, por onde passam e transferem veículos, passam drogas, como a água que passa por um cano da SANECAP, no Município de Cuiabá.

É necessário fortalecer a polícia, não apenas dando estrutura de veículos, mas premiando, como disse o Deputado Ságua, através de investimento no seu holerite, para que ele tenha satisfação de estar combatendo o maior crime de Mato Grosso, que é a passagem de drogas.

Outra preocupação é a questão da comunicação. Ainda temos município, Secretário Marcos Machado, onde usam máquina manual, não têm computador, *Internet*, não têm comunicação com a Capital. Isso é vergonhoso para um Estado que está marchando para ser o Estado modelo do País, rico em agricultura, mas pobre em investimento na segurança pública.

Era esta a nossa mensagem e queremos dizer que estamos abertos na Câmara Municipal para debater com a sociedade esse tema tão preocupante para a vida dos nossos irmãos e irmãs de Cuiabá. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado, Vereador Caio César.

Eu quero dizer que vamos elencar todas as propostas, resumi-las e encaminhá-las ao Secretário de Justiça e Segurança Pública, ao Secretário de Administração, ao Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e ao Secretário de Fazenda.

Eu quero dizer que quando fui vereador, por Rondonópolis, por três mandatos, eu criei o FUNREBOM.

Está aberta, agora, a palavra a todos que estão inscritos.

Eu fiquei feliz por criar o FUNREBOM. Agora, nós precisamos aumentar os recursos do FREBOM, que é uma das lutas da Assembléia Legislativa.

Com a palavra, o Capitão Bombeiro Militar Paulo Volkmer.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

O SR. PAULO VOLKMER - Exmº Sr. Deputado Zé Carlos do Pátio, que preside esta Audiência Pública; Sr. Secretário de Administração, Marcos Machado, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa:

Eu gostaria que o Secretário de Justiça e Segurança Pública estivesse à Mesa dos trabalhos, pois, em face do ouvimos, como profissional, é preciso esclarecer determinadas circunstâncias. Uma audiência pública tem esse objetivo.

O Regimento Interno do CIOSP, Deputado Zé Carlos do Pátio, foi reestruturado em março do ano passado. Ele prevê, como incumbência da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, zelar pela ordem pública em defesa da coletividade.

O Dr. Álvaro Lazarini, um dos grandes entendedores de Direito Administrativo do nosso País, levantou três aspectos da ordem pública, Sr. Secretário. A ordem pública, algo macro, tem três principais e importantes aspectos, aspectos ligados à segurança pública, aspectos ligados à tranquilidade pública e aspectos ligados à salubridade pública.

Ao Corpo de Bombeiros, por força constitucional prevista no art. 144, V, da nossa Constituição Federal, transcrito no art. 42 da Estadual, se não me falha a memória, competem as missões, além de coordenar as ações de defesa civil, como integrante da segurança pública. Por força constitucional, mesmo que antagonizando a questão do Direito Administrativo, que nós teríamos tranquilidade e salubridade e não segurança pública, mas a Constituição nos prescreve essa missão de zelar também pela segurança pública. Então, o Corpo de Bombeiros está incluso no capítulo da ordem da segurança pública no País, por força da Constituição.

O Corpo de Bombeiros, Deputado Zé Carlos do Pátio, de 1998 para cá, tem tido um incremento, um aumento de ocorrências na ordem de trinta e cinco por cento. Nesse intervalo de quatro anos, nós saímos de seis mil ocorrências atendidas/ano, em 1998, e pulamos para quase vinte mil no ano passado.

Agora, o que é pior, Sr. Secretário, é que o efetivo é o mesmo. Pior ou melhor, não sei, mas o Corpo de Bombeiros, hoje, está no seu limite de atendimento às ocorrências. Se continuar nesse índice percentual, na ordem de trinta e cinco por cento, como poderão os bombeiros existentes hoje em Mato Grosso, na ordem de seiscentos e quatro, atender os municípios, divididos em seis grandes regiões do Estado, atender dois milhões e seiscentas mil pessoas, aproximadamente, que conta o nosso Estado, cumprindo uma extensão territorial de dez por cento do tamanho do Brasil, mais de mil quilômetros de linha reta nos extremos norte, sul, leste, oeste? É difícil e nós estamos preocupados, Sr. Secretário, com essa verdade. Nós não podemos nos omitir, correndo o risco, até mesmo, de ser chamados a atenção. Mas a verdade precisa ser esclarecida. Nós precisamos contar com o apoio dos Deputados.

Nós, do Corpo de Bombeiros, sabemos o que queremos para a instituição, sabemos o que é melhor na área de tranquilidade e salubridade pública para o Estado de Mato Grosso, porque somos técnicos formados. Eu, como Capitão, sou bacharel em Administração de Empresas e tenho mestrado em Administração de Recursos Humanos. É esse o grau de escolaridade dos oficiais do Corpo de Bombeiro e acredito também dos oficiais da Polícia Militar, porque a maioria dos que conheço tem o mesmo grau de escolaridade. Isso mostra o nível intelectual dos integrantes da Segurança Pública de hoje. Sabemos o que queremos, estamos planejados.

O senhor citou uma coisa muito importante relacionada à defesa civil, que nos aguarda pela Constituição, que prescreve também que compete aos Corpos de Bombeiros coordenar as atividades de defesa civil. Isso é constitucional. Só não entendo por que ainda não estamos inclusos no âmbito da defesa civil em nosso País.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

É preciso que os Deputados, nossos representantes, em contato com os Deputados Federais e Senadores, que representam o Estado de Mato Grosso em Brasília, possam ser os nossos representantes em defesa do que quer os bombeiros de Mato Grosso. Creio eu, na minha insignificância e na minha limitada capacidade de enxergar, que seja o melhor caminho para os bombeiros do Brasil.

Deputado, deixo registrado aqui que os bombeiros têm projetos, inclusive na área de defesa civil. Sabemos o que queremos e estamos apenas aguardando a oportunidade para trabalhar, conforme prevê a Constituição. Muito obrigado pela atenção de todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos o Capitão.

Convido o Coronel Sales para fazer uso da palavra.

Antes, porém, quero esclarecer o meu papel como Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária.

Procurei o Coronel Sales, que está comandando o GEFRON para ouvi-lo, porque estou ouvindo todos os coronéis, toda a representação da Segurança Pública de Mato Grosso, para sentir, como Presidente da Comissão, o que se passa com cada um.

Aquela proposta do Deputado Ságuas é a proposta que estamos colocando na Comissão e precisamos de apoio, Secretário, porque, na verdade, hoje temos que dar autonomia para o GEFRON, temos que dar autonomia ao Comandante do GEFRON, temos que criar realmente estrutura para o policial que está na fronteira.

Com a palavra, o Coronel Sales.

O SR. SALES - Muito obrigado, Deputado.

Eu gostaria, em nome do Coronel Emanuel de Oliveira, nosso Chefe do Estado-Maior, cumprimentar os senhores que compõem a Mesa e cumprimentar essa platéia de amigos e companheiros que eu vejo aqui diante de mim.

Na verdade, o que se discute essa tarde, nada mais é do que organização social. Não existe indicador mais forte e presente que revela o nível de organização social do que segurança pública, principalmente nos dias em que nos vivemos.

Alguns municípios, até mesmo de Mato Grosso, que conseguem sublimar a sua organização, têm índices de criminalidade pequenos, e têm esse índice com o efetivo de polícia não muito significativo, não muito elevado.

Nós somos construtores da sociedade, enquanto membros dos Poderes, enquanto secretários, executivos, enquanto policiais militares, enquanto Corpo de Bombeiros, enfim, enquanto imprensa principalmente. Nós temos essa responsabilidade de organizar a nossa sociedade.

Quando conseguirmos atingir um índice de organização razoável, nós teremos cada vez menos necessidade de polícia.

Gostaria de agradecer ao Secretário Célio Wilson de Oliveira, que não se encontra à Mesa. Devido à escassez de tempo, o Secretário não pôde falar do GEFRON, restando essa oportunidade a este coordenador, que hoje tem a responsabilidade de levar, de melhorar a segurança na região de fronteira, região essa que por várias vezes foi mencionada aqui como janela aberta, como ambiente propício à prática do crime, o que impacta os índices de criminalidade do Estado e, com absoluta certeza, até do País.

O projeto que hoje estamos implementando na região de fronteira, Sr. Secretário, tem a ambição de mudar a realidade dessa região. Ele nos traz essa esperança, porque, como foi dito aqui, horas atrás, não se faz polícia mais sem estrutura.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Hoje, a segurança operada na região de fronteira é absolutamente artesanal. Os comandantes ou autoridades policiais, que se encontram nesta reunião aqui, que tiveram a oportunidade de prestar serviço na região de fronteira, sabem que a fronteira é ambiente totalmente aberto. Hoje, não há comunicação na região de fronteira. Hoje, não temos conjugação de rádio, equipamentos de informática ou de telefonia satelital em operação na região de fronteira. Então, hoje a nossa fronteira é um deserto.

Dias atrás, eu cheguei em Porto Esperidião e me deparei com um soldado com um trinta e oito na cintura, que não se lembrava mais o prazo de validade da munição que ele tinha recebido há vários anos. Com a incumbência e com a responsabilidade de oferecer segurança para duas instituições bancárias, há quatro policiais apenas num município com mais de dez mil habitantes. Essa é a realidade, hoje, da fronteira. Mas essa realidade começa a mudar, a partir da implementação e a entrada efetiva em operação do Grupo Especial de Fronteira, que não vai para a região com a ingenuidade ou com a leviandade da certeza de transformar aquela região em ambiente totalmente seguro, mas que leva uma esperança muito sólida de melhorar efetivamente a região em termos de segurança. E esse resultado hoje já é visível, Sr. Deputado.

Antes mesmo de entrarmos em operação, nós já temos - apenas com a notícia da nossa existência e com algumas construções que nós já temos em fase conclusiva na região - trazido pessoas que deixaram aquela região por causa da insegurança.

As terras, hoje, da região de fronteira sofrem um processo de valorização, e as pessoas que operam no crime estão muito preocupadas com a existência do GEFRON, porque o GEFRON tem essa proposta de redutor de criminalidade e tem uma estrutura para alcançar esse resultado. O GEFRON muda a realidade estrutural daquela região porquanto instala uma rede de comunicação operativa, de Cuiabá falaremos com toda a região de fronteira. Qualquer policial nosso na região de fronteira terá condições de acessar bancos de dados disponíveis neste País com a possibilidade de checar pessoas e veículos. Nós entramos em operação ainda este mês...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Já está funcionando o satélite?

O SR. SALES - Nós estamos cumprindo uma fase muito interessante do projeto, talvez a fase mais interessante do projeto de segurança de fronteira, que é a capacitação técnica dos operadores que vão atuar na região de fronteira.

Aqui eu venho, Sr. Deputado, render homenagem a Vossa Excelência, quando Vossa Excelência vislumbra a possibilidade de tratar o policial de fronteira de maneira diferenciada.

Quem teve a oportunidade de ler as páginas amarelas da revista *Veja* desta semana viu lá uma receita tranqüila de se obter resultado de polícia, dita pelo ex-prefeito de Nova York: valorização. Valorização pecuniária, sim. Pagar bem o policial. Excluir do nosso meio a corrupção também. Essa também é uma missão do Grupo Especial de Fronteira, o saneamento das instituições que hoje operam a segurança pública na região, de forma que nós levamos para a região de fronteira toda uma estrutura, oferecida pelo Governo Federal com a contrapartida do Governo Estadual. Diga-se de passagem, contrapartida essa que começa a ser paga pelo atual Governo, uma participação efetiva do atual Governo.

Não temos e não podemos vislumbrar outra possibilidade a não ser acreditar na redenção rápida de toda aquela região a partir da operacionalização do Grupo Especial de Fronteira.

E aqui, talvez com uma dose de ousadia, gostaria de convidar todos para prestarem atenção no que vai acontecer naquela fronteira, para olharem com muita atenção o que já está acontecendo na região de fronteira. Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Convido o Sr. Dirceu Vicente Lino, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia, para fazer uso da palavra.

O SR. DIRCEU VICENTE LINO - Sr. Presidente dos trabalhos, Deputado Zé Carlos do Pátio, na pessoa do qual cumprimento os demais Parlamentares da Mesa, o Sr. Secretário de Segurança, Célio Wilson de Oliveira, o Secretário de Administração, Marcos Machado, policiais militares, oficiais, delegados e todos presentes:

Eu gostaria de, pelo menos, meia hora só para desabafar sobre a segurança pública, mas eu vou me ater a três itens, bem rápido, porque só o fato de nós mostrarmos a indignação, nós já fizemos uso do tempo.

Falou-se aqui sobre a estrutura da Polícia Militar. Eu vou falar mais da Polícia Judiciária, porque eu não estou autorizado a falar da Polícia Militar, mas aquilo que couber serve também à Polícia Militar.

Se querem ter realmente uma polícia em condições de combater o crime organizado, que é missão da polícia, nós temos que ter policiais bem treinados, bem pagos. Eu fiquei preocupado quando eu vi o plano do nosso Secretário Célio Wilson de Oliveira. Ele valorizou tudo nesse plano, tem tudo no plano dele, menos a valorização do policial. Quer dizer, não tem um tostão ali para se dar aumento ao policial no ano de 2003. O problema de vermos lá... Eu ouvi falar em vinte e cinco milhões para a Segurança Pública no ano de 2003... Há necessidade de se dividir as duas pastas, já é uma reivindicação nossa, porque se for ver o Orçamento de 2003 não tem um tostão para aumentar o salário do policial. Então, como é que vai ter polícia de qualidade pagando setecentos e sessenta reais para um policial enfrentar o crime organizado ou enfrentar o bandido? Eu acho que é brincar de fazer segurança pública.

Nos oitos anos do Governo Dante de Oliveira, ele fez muitos planos bonitos, que poderiam ser levados a Hollywood, daria para fazer filme, com passarinhos voando, ponte, fonte luminosa, mas foram todos para a gaveta. Começava-se assim. Planeja-se quatro unidades. Vamos funcionar a polícia integrada, vamos integrar tudo isso. Veio o dinheiro da esfera federal e não saiu nenhum tostão da esfera estadual, não se aplicou no policial, não se aplicou em prédio. Outro dia nós vimos o Ministério Público inaugurar um prédio suntuoso, luxuoso, bonito. E tem que ser assim, o servidor público tem que trabalhar num lugar descente, limpo, honesto, onde possa o cidadão se sentir bem, uma vez que passará horas e horas lá. Na mesma hora em que se inaugurava o prédio do Ministério Público, o nosso Diretor de Polícia reclamava no prédio ao lado, na OAB, que não tinha trinta mil reais para colocar um prédio em funcionamento, um prédio velho, que foi abandonado, prédio que foi abandonado como foi o prédio da Rua Miranda Reis, não funcional.

Se nós queremos ter segurança pública, nós precisamos começar pela casa, pelo espaço físico, pelo prédio. Nós temos que ter coragem... O Governador Blairo Maggi tem que ter coragem de investir na Segurança Pública, se nós quisermos ter segurança pública, que começa com um prédio descente, onde se possa entrar e se sentir bem, porque os prédios são, na maioria, prédios abandonados, onde entra água nas enchentes, onde tem que sair de canoa quando chove... Essa é a polícia que nós temos! Então, esse é um ponto.

Pagava-se sim, para quem trabalhava bem, para quem trabalhava na fronteira, pagava-se para quem trabalhava à noite, pagava-se para quem acumulava função, e sabe quem acabou com isso? Esta Casa (PALMAS), quando promoveu a aprovação da lei orgânica, a Lei Complementar nº 76, e a Lei Complementar nº 72, a lei do subsídio. O Governo aplicou subsídio só para o Executivo! Não aplicou subsídio para o Legislativo, não aplicou subsídio para o Judiciário, e eles têm 2% ao ano! E o policial está há dois anos sem aumento e não tem aumento para o policial.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Então, esse tratamento desigual é que nós não podemos concordar. Muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero aqui falar para o delegado que, quando esse projeto do subsídio passou por esta Casa de Leis, eu, como Deputado Estadual, solicitei vista duas vezes ao projeto.

Sabem quem é que me forçou a votar o projeto, porque se eu não votasse iria ser execrado, eu iria ser massacrado? O próprio Sindicato dos Delegados e o próprio Sindicato da Polícia Militar. Quando eu solicitei vista ao projeto, o Sindicato falou: “Nós queremos que o senhor vote, Deputado. O senhor está contra a nossa categoria?” Quer dizer, não há como! Como virá para cá, para nós discutirmos os Estatutos das Polícias Militar e Civil, vamos ler com competência, vamos ler com eficiência, porque depois a culpa é do político, mas há muita hipocrisia nas questões. Na hora de discutir quem é que estava lá? O sindicato não estava lá? O sindicato não me criticou porque eu solicitei vista? Eu me lembro que uma vez solicitei vista porque havia um pedido; depois, para rediscutir alguns salários que eles queriam rever. Então, não venham culpar o Poder Legislativo por isso. Isso eu não aceito, porque, como Deputado, solicitei vista e a própria categoria solicitou que votássemos isso daí. O próprio Sindicato dos Delegados estava lá no plenário, eu me lembro até hoje, lembro até da imagem, a ex-Deputada Serys Shhessarenko chegou a sair do plenário e subiu até as galerias para conversar com o Presidente do Sindicato dos Delegados. E também vi a ex-Deputada Serys Shhessarenko conversando com a Associação dos Militares. Eu não tenho ligação com o Sindicato nem com a Associação dos Policiais, mas a votação nossa foi com a anuência das organizações sindicais e das associações da própria polícia.

Agora, virão os projetos dos Estatutos das Polícias Militar e Civil, estamos pedindo para o Secretário encaminhá-los, mas, por favor, vamos discutir, para depois não ficarmos naquela posição comodista de querer sempre culpar o político. O que nós, as entidades, as instituições, podemos fazer para ajudar?

Eu deixo essa observação porque eu acho importante participarmos da discussão e debatermos.

Eu estou aqui, como Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, para abrir o debate sobre esses estatutos e sugiro que os sindicatos participem.

O Sr. Célio Wilson de Oliveira - Permita-me um ganchinho, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Pois não, Secretário.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Eu gostaria de dizer ao Sr. Dirceu Vicente Lino, com relação às reformas, que ele está muito mal informado. Ele disse aqui que não havia trinta mil reais para se fazer algumas melhorias para implantar um projeto. O diretor que falou, ou mentiu, ou está desinformado, porque muitos dos projetos não caminharam pelas deficiências administrativas da Secretaria, inclusive nós temos discutido com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, com os outros órgãos a abertura de concurso público para o pessoal da atividade meio para acabar com esses problemas. Essa é uma questão. Nunca, não se emperrou projeto nenhum pela falta de trinta mil reais. Pelo contrário, inclusive dentro da Polícia Civil existem deficiências por falta, às vezes, de pessoal qualificado, a cultura que sempre existiu é de usar o policial civil ou militar para desempenhar atividade meio, que não é função dele, às vezes o que emperrou foi isso, mas não foi negado um centavo. Pelo contrário, tudo aquilo que foi postulado, tentamos buscar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

A segunda questão que é a questão salarial, isso não depende só da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, isso passa, principalmente, pelo Governo como um todo, passa pela arrecadação e uma série de coisas.

Um pouquinho antes, o pessoal da imprensa me pediu uma palavrinha. Eles são testemunhas de que uma das coisas que nós colocamos ali foi a questão salarial, correto? A questão salarial é uma situação que este Governo, pelo menos no nosso ponto de vista, e tenho certeza de que é do Governador do Estado também, tem que discutir, e rápido, o mais rápido possível. Ninguém se negou a falar, a tratar da questão salarial. Nós vamos discutir, sim, no momento oportuno. Havendo disponibilidade de recursos, com certeza, haverá aumento. Agora, como o próprio Governador do Estado tem colocado, o que está emperrando hoje não é aumento, mas a correção das distorções, principalmente com relação àquele pessoal que está embaixo, no caso dos praças da Polícia Militar. Isso ele tem colocado e nós, juntamente com a Secretaria de Administração, o Governo como um todo, temos buscado alternativas.

Eu concordo plenamente com o seu discurso que passa pela questão salarial também, mas essa questão salarial não está afeta à Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Talvez por estar tanto tempo afastado da função, o senhor não perceba, não compreenda a exata dimensão do problema.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Arnaldo de Souza Neto.

O SR. ARNALDO DE SOUZA NETO - Deputado, só para fazer um aparte.

Durante esses quatro meses, todas as solicitações de recursos, todas as emendas encaminhadas à SEPLAN - e a SEPLAN não tem autonomia para aprovar as emendas, tem que ser com autorização do Governador - foram levadas ao Governador e nenhuma ele se negou a assinar. Ele determinou - e estão aqui o Secretário Marcos Machado e o Secretário Célio Wilson - que o que diz respeito à segurança seria prioridade.

Eu gostaria de fazer esta defesa do Governador, porque tudo que foi levado com relação à segurança foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Edson José de Oliveira, Soldado da Polícia Militar.

O SR. EDSON JOSÉ DE OLIVEIRA - Para os amigos que me conhecem, José de Oliveira, e para todos da Mesa, meus cumprimentos.

A respeito do que o senhor acabou de falar, que tudo com relação à segurança pública é prioridade, eu já conversei em outras oportunidades... Nós temos formaturas gerais com a presença dos nossos Comandantes. Eles passam pelos quartéis, conversam e nós sempre perguntamos a eles o que estão fazendo para o praça.

O Deputado Zé Carlos do Pátio disse que está conversando com alguns coronéis a respeito do novo Plano de Segurança Pública. Eu não sei se ele tem no seu círculo de amizade soldados que conversam com ele. Eu não sei quando ele buscou o soldado, que é a base, é a grande maioria da Polícia Militar, para saber o que, realmente, ele pensa a respeito da segurança pública.

Eu venho de uma região chamada Matupá, região do Deputado Silval Barbosa, onde se trabalha como na idade da pedra lascada. Eu vim para Cuiabá. Cheguei aqui e não encontrei muita diferença. O que eu encontro aqui, pelo menos no meu quartel, é a superação do soldado, a do meu comandante que está presente, e eu já falei isso para ele, em dar suporte ao soldado desempenhar sua função. Eu não tenho uma arma particular para me deslocar até a minha casa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Hoje, eu adoto o sistema de deixar minha farda guardada no quartel e me desloco à paisana para minha casa. Eu estou à paisana aqui, porque vim direto da universidade para cá.

Não há a mínima condição do policial, do soldado, continuar com o salário que está. Nós temos prestado concursos públicos para outras instituições. Quem consegue passar, vai servir... Só que pessoas, como eu, que têm na mente e no coração a vontade de ser policial ou a vontade de desempenhar aquela função, que é a mais básica... Somos nós que chegamos primeiro na ocorrência. Somos nós. Tudo que os Srs. Deputados, os demais aqui presentes, não coronéis, porque trabalham diretamente ligados, vinte e quatro horas estão por dentro do que está acontecendo, lêem no jornal em um dia, na noite anterior nós estávamos com a mão na massa.

Então, nós queremos, sim, que os nossos direitos sejam respeitados em termos de salário, condições dignas de trabalho e, principalmente valorização, como um Deputado falou, aqui, de medalhinha, de fitinha. Eu até gostaria de usar, mas eu prefiro que seja pecuniária, para mim e para todos os meus colegas, porque é disso que nós precisamos para sustentar nossas famílias e manter nossa dignidade enquanto cidadãos. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Soldado Edson, gostaria de fazer uma proposta. Toda terça-feira nós temos reunião da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, às 14:00 horas, na Sala das Comissões. Eu lhe peço que convide a categoria de soldados, para que possamos ouvi-la, que traga as propostas que defende, as idéias, porque nós estamos dispostos a ouvi-la. Eu concordo que é importante ouvir os policiais. Eu acho uma injustiça o que está acontecendo. Eu acho que deve haver uma isonomia salarial entre o policial militar e o policial civil. Eu concordo que o salário está muito baixo.

Com a palavra, o Sr. José Gonçalo de Almeida, membro de uma associação de moradores.

O SR. JOSÉ GONÇALO DE ALMEIDA - Boa-tarde a todos!

Em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio, eu saúdo toda a Mesa.

Eu vejo a questão da polícia, da segurança... Já foi falado aqui diretamente da polícia, a situação e a estrutura da polícia de um modo geral, só que eu vou mais além, porque estamos acompanhando a situação como ela se encontra no País inteiro. A polícia, muitas vezes, sente-se até desmoralizada por falta de uma justiça qualificada, que impede que a situação seja contornada.

Eu coloco aqui, como ponto de referência, uma emenda à Constituição Federal, com relação ao sistema penitenciário, ao sistema penal, que dá muito aval aos bandidos para que continuem... É muito difícil um policial prender um bandido. Ele chega lá e, simplesmente, por uma coisinha qualquer, o juiz pega e solta o bandido. Isso parece brincadeira, como é o caso do Fernandinho Beira-Mar, que está parecendo uma piada, dando um gasto enorme para a Nação, sendo carregado para cá e para lá, e nenhuma providência está sendo capaz de resolver esse problema. Isso aí leva muitas pessoas, porque muitas instituições estão engajadas nessa situação, com um homem com um poderio desse, superior à Justiça do Brasil. É inadmissível que uma instituição como a Justiça, que é um órgão defensor da Nação, deixe que um bandido desse naipe tome conta do Brasil. Eu acho que tem que mudar.

Infelizmente, o homem não consegue conviver com a liberdade instituída por Deus. Se o homem conseguisse viver com essa liberdade, não precisaria nem policial e nem Exército, porque ele conseguiria sobreviver tranquilamente, mas, infelizmente, vai ter que aplicar a lei com rigor. Doa a quem doer, pegue quem pegar, tem que ser aplicada uma pena mais rigorosa, senão a coisa vai para o brejo de vez. Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Nivaldo Queiroz, Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. NIVALDO QUEIROZ - Deputado Zé Carlos do Pátio, em nome de quem cumprimento toda a Mesa; Secretários de Estado, demais representantes das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiro presente a esta plenária:

Eu não sou da polícia, sou funcionário público federal, represento a Central Única dos Trabalhadores e o Fórum Mato-grossense de Combate à Corrupção e Crime Organizado.

Ouvi atentamente as falas de cada um, principalmente a do Secretário Célio Wilson de Oliveira. Ontem à tarde, tivemos uma reunião com ele com relação à segurança pública, na qual eu não estava presente, mas um companheiro do Fórum estava.

A cada treze minutos uma pessoa é assassinada de forma violenta em nosso País. Cheguei aqui às 13:45 horas, agora são dezesseis e alguma coisa, e várias pessoas foram assassinadas.

Secretário Célio Wilson, quero reportar-me a sua fala, quando o senhor colocou: segurança, educação, saúde e transporte. Concordo plenamente Quero acrescentar aos policiais salário e capacitação, porque sem salário não é possível sobreviver. Ainda ontem eu conversei com um policial militar e ele reclamou dessa situação, da tensão, do estresse, do baixo salário, da falta de condições, e o soldado que acabou de me anteceder confirmou isso. É preciso que esses cidadãos, pais de famílias tenham salários dignos para poder enfrentar a situação do crime organizado neste País.

É necessário que não só o Governo do Estado, mas, também, o Presidente Luiz Inácio da Silva, que eu ajudei a eleger, transforme os salários, para que a polícia e os professores sejam bem remunerados. Aí, Deputado Renê Barbour, não precisa ir ao IFM para remunerar bem a polícia. É só acabar com as aposentadorias milionárias que têm neste País, inclusive neste Legislativo, para que possa investir mais na polícia.

Também quero dizer, Deputado Nataniel de Jesus, que direito humano é necessário, sim, é dignidade aos policiais que, muitas vezes, são presos, como foram presos aqueles que não têm culpa na fuga do cabo Hércules. Agora, estão pagando cem mil reais para quem der informação, para captura do cabo Hércules.

É necessário que esta Casa discuta, Deputado Zé Carlos do Pátio. Vossa Excelência, como Presidente da Comissão, sabe que é preciso dar segurança ao cidadão. Eu falo aqui como cidadão e, ao terminar essa fala, nem sei se vou chegar a minha casa, porque ando de ônibus.

É preciso que o cidadão tenha segurança e que a polícia seja polícia cidadã, para que nós cidadãos, que dependemos da polícia, não tenhamos medo dela.

O desabafo do Delegado Vicente Lino, com certeza, para terminar, não é em vão. Eu não vivo a polícia, mas gostaria de dizer que o desabafo que o senhor fez aqui, nesta Comissão, é necessário.

Para terminar, não se pode admitir, Deputado Zé Carlos do Pátio, que uma criança, em uma creche, receba treze centavos por dia para se alimentar, enquanto nós cidadãos deste País pagamos em média oito reais por dia para alimentar o sistema prisional, a máfia da quentinha, a máfia do pãozinho, qualquer máfia que existe dentro deste sistema falido que é este País.

É preciso que nós mato-grossenses, parlamentares, cidadãos organizados, possamos dar um basta a tudo isso. Aí, é preciso, Secretário Célio Wilson, que o senhor envie esforços para a vinda do Ministro Márcio Tomaz Bastos, aqui em Cuiabá, o mais rápido possível.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Estivemos em Brasília com ele. Reunimo-nos com ele no Fórum. Então, é necessário que o senhor faça esse esforço.

Quero deixar aos senhores policiais, de todas as Corporações, que os senhores precisam ganhar bem, mas ganhar bem mesmo, porque enfrentar baioneta, enfrentar metralhadora de bandido, sem comunicação, sem estrutura, não é fácil, não é Coronel Campos e Silva, o senhor sabe muito bem disso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Bem, senhoras e senhores, eu peço a todos que falem o mais rápido possível, porque nós temos sessão às dezessete horas. Marcamos esta Audiência Pública para as treze e trinta, a fim de encerrá-la até as dezesseis horas. O Secretário foi convocado, urgentemente, para uma missão e nós temos mais cinco pessoas inscritas. Eu queria que fossem objetivos nas propostas para nós podermos ouvir as considerações finais e terminarmos a Audiência Pública. Eu queria que os senhores nos ajudassem nesse encaminhamento.

Com a palavra, o Sr. Jailson Nunes da Silva.

O SR. JAILSON NUNES DA SILVA - Eu sou aluno aprovado no concurso do Corpo de Bombeiros.

Boa-tarde, Srs. Deputados, Secretário de Justiça e Segurança Pública, Secretário da Administração e demais pessoas. É um grande prazer estar aqui.

Gostaria de saber do Secretário de Administração, mais ou menos, a data da nomeação dos aprovados no concurso do Corpo de Bombeiros. Nós já estivemos no programa *Terceiro Mundo*, e o senhor teve uma conversa conosco, meio informal, e nos disse que teríamos o resultado no mês de abril ou maio. Então, eu gostaria de ter do senhor alguma posição neste momento. Teria jeito? Só isso que eu teria a falar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - No final, ele responderá.

Com a palavra, o Sr. Josué Neves, Presidente da Associação Mato-grossense de Acadêmicos de Direito.

O SR. JOSUÉ NEVES - Boa-tarde à Mesa, ao Deputado Zé Carlos do Pátio, ao Secretário Marcos Machado, ao Secretário de Justiça e Segurança Pública.

Eu tentarei ser breve. Eu havia prometido a mim mesmo que eu jamais iria participar de Audiência Pública aqui na Assembléia Legislativa, porque quanto mais grave o tema, menos tempo se tem para se discutir. É limitado o tempo. Não se pode falar. Secretário que tem que sair não sei para onde, Deputado que tem que ir para sessão. É um tema gravíssimo, de suma importância para a sociedade mato-grossense, e temos que falar com rapidez. Eu tentarei ser breve. Eu vou falar de três eixos centrais.

Há que se observar que a violência aumenta e ela já existe há muito tempo.

Existe a violência que é fruto da paixão, da emoção, e existe a violência que é utilizada como meio de eficácia do crime. Quando tanto a violência que é fruto da paixão como a violência que existe para a eficácia do crime começam a aumentar, eu acho que nós temos que nos preocupar com esse tema.

Eu ouvi atentamente a colocação de todos aqui, mas eu vou emprestar a fala do Coronel Emanuel Neto, quando ele diz que a questão da segurança pública não é responsabilidade só da polícia, é responsabilidade do Estado. Quando se fala Estado, significa responsabilidade dos três Poderes. É dever do Estado dar segurança. Para isso é importante que toda a sociedade, que todas as autoridades constitutivas do Estado tomem vergonha na cara e cumpram o seu verdadeiro papel, dando resposta para a sociedade que exige.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Sobre a questão do aumento da violência, não adianta nós ficarmos aqui com projetos, planos, um monte de coisas, enquanto a população quer resultado concreto, quer resultado urgente.

Eu acho que a polícia tem que atuar no campo preventivo, o que envolve uma política mais global do Estado, com campanhas nas escolas, através de parceria entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública e a Secretaria de Educação, de conscientização e de combate às drogas. Tem que envolver a Secretaria de Esportes e Lazer do Estado também, criar mecanismos no sentido de dar lazer para a população carente e pobre, porque, nos bairros da periferia, o jovem pobre não tem nenhuma opção de lazer. Quando tem é para homem, menina não tem opção nenhuma. Tem campo de futebol, tem não sei o que, mas para menina não tem opção nenhuma.

Então a questão da segurança norteia-se pela questão da prevenção que passa por essas políticas de conscientização, e pela questão da inteligência. Eu não vi ninguém tocando nessa questão. A polícia tem que trabalhar com inteligência, tem que haver investimento na questão da inteligência para saber onde os bandidos estão, como eles pensam, como eles se organizam, que armas eles têm. Aí sim, investindo na inteligência, investindo nessas questões estratégicas do Estado, nós iremos para o terceiro item, que é a política de repressão. Como funcionará a política de repressão? Para funcionar a política de repressão com eficácia são necessários quatro instrumentos: carro bom para a polícia, um carro novo, não é um Corsa velho, com amortecedor quebrado, como nós vemos aí nas estradas; gasolina à vontade para a polícia; e salário para o policial. Então, se se der carro, gasolina, condições e bom salário para o policial, com certeza, nós poderemos cobrar uma repressão com eficácia e trazer a violência, o crime, para um patamar tolerável, porque acabar com a criminalidade, acabar com a violência, isso nós nunca conseguiremos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Sérgio Dorivaldo, Presidente da Associação de Moradores do Bairro São Mateus, Várzea Grande.

O SR. SÉRGIO DORIVALDO - Srs. Deputados, Sr. Secretário de Justiça e Segurança Pública, Coronel Ed da nossa região, boa-tarde!

Hoje, há preocupação da nossa comunidade com a violência, Deputado.

O Bairro São Mateus, hoje, tem 22 mil habitantes e todo os dias podem ver no noticiário, na televisão e no jornal que no São Mateus acontece arrombamento, no São Mateus acontece assalto, no São Mateus acontece morte.

Até, hoje, Deputado, eu não sei porque a nossa polícia comunitária não foi implantada em nossa comunidade. Já faz dois anos que o projeto está em andamento. Não sei se é por falta de recurso que não foi implantada a nossa polícia comunitária, ou por falta de um empurrãozinho da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, ou por falta de apoio, na época. E até hoje a comunidade vem sofrendo pela falta da polícia comunitária em nosso bairro.

Outra coisa que eu queria falar para o senhor também, hoje nós não podemos colocar a culpa no policial ou no comandante que está na nossa região. Se formos ao 4º Batalhão, o que é que veremos? Poucas viaturas, viaturas velhas, quebradas. Se o policial usar a viatura para fazer o que tem que fazer, ela não agüenta. O policial fica na estrada. É perigoso acontecer um acidente, estourar um pneu e ele bater aquela viatura.

Na segunda-feira, o senhor esteve lá, Coronel, viu a população fazendo manifestação por falta de segurança! Nós queríamos fechar a BR por falta de segurança!

O povo não agüenta mais, Deputado! Hoje, a população quer tomar medida própria, porque a falta de segurança está demais! Eu acredito que valorizando o policial, pagando

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

bem, dando para ele um melhor ambiente de trabalho, é a melhor forma para esse policial sair tranqüilo e exercer a sua função.

O que se vê hoje é diferente, é o policial na rua sendo humilhado, porque o bandido tem mais vez que o policial. Eu passei no São Mateus e dois policiais estavam passando na rua e o rapaz mandou beijo para o policial (RISOS). Aí vai ele tentar prender aquele bandido para ele ver (RISOS). É verdade! O policial passa na rua, revistando, por favor, por gentileza, na parede para que nós possamos fazer o nosso trabalho... O cara estava mandando beijo para o policial (RISOS).

Eu quero, Deputado, que Vossa Excelência que é Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, dê uma olhada no São Mateus, em Várzea Grande, não só no São Mateus, mas em Várzea Grande, no 4º Batalhão. Quando Vossa Excelência visitar o 4º Batalhão, verá como é difícil ser um policial naquela região. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu só quero falar uma coisa, Sr. Sérgio, hoje nós temos mil e quatrocentos policiais em desvio de função. Imagine esses mil e quatrocentos dentro de uma polícia comunitária nos bairros de Cuiabá, o quanto iríamos combater a criminalidade. Eu concordo com o senhor, nós temos que reavaliar.

Com a palavra, a Sr^a Edna Luzia de Almeida Sampaio, Gestora Governamental da SEPLAN.

A SR^a EDNA LUZIA DE ALMEIDA SAMPAIO - Boa-tarde!

Eu vou invadir este espaço aqui tão masculino, numa discussão predominantemente feita por homens, para usar a palavra e falar um pouco da questão da segurança pública.

Nós temos a tendência, sempre quando falamos de segurança pública, por mais que em tese nós compreendamos que a segurança pública não envolve só policiamento, todos os pronunciamentos acabam por nos conduzir no sentido de reforçar o policiamento, enfim, de tornar a nossa sociedade uma sociedade armada, uma sociedade policial.

Nós não podemos nos esquecer que a questão da segurança pública, não só em tese, mas na prática, vai muito além do contingente de policiais que nós temos na rua, que nós temos armados, que a estrutura da polícia. Nós temos um problema de ordem estrutural em nosso Estado, Deputado, que eu acho que nós temos que começar a discutir, nós precisamos fazer uma reforma ampla no Estado. Essa reforma tem que se pautar por uma diretriz que é a seguinte: os problemas que são demandados pela sociedade não vêm em fatias, a sociedade não quer saber qual é o órgão, qual é a unidade que é responsável por resolver aquele problema que envolve várias dimensões, de educação, de saúde, de cultura, enfim, uma série de questões que estão contidos naquele problema. Ela não quer saber se é Secretaria de Justiça e Segurança Pública, se é Secretaria de Planejamento, se é Secretaria de Educação. Ela quer que o problema seja resolvido. Acontece que os governos, as pessoas, acabam por fragmentar esse problema, e há muita medida para isso, para conseguir conter, para conseguir apaziguar interesses políticos. E o que se tem, muitas vezes, é uma dimensão enorme do Estado, com uma dispersão enorme de recursos, com secretarias que não conseguem sequer manter desenvolvimento de projetos efetivos. Mesmo não mantendo projetos que cheguem ao cidadão, ela tem uma dispersão enorme de recursos, porque é uma estrutura, é um contingente de pessoas, são salários, são cargos, é uma estrutura de energia, enfim, uma infinidade de custos para o Estado, que são recursos que poderiam estar sendo investidos em ações que, efetivamente, atendam ao cidadão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Precisamos fazer uma reforma administrativa séria neste Estado. Para isso nós precisamos ter, todos nós cidadãos e o Estado, um espírito estadista. Espírito estadista é ir além dos nossos interesses corporativos enquanto servidores públicos, é ir além dos nossos interesses corporativos enquanto categoria política e é pensar qual o custo que o Estado de Mato Grosso terá se ele não enfrentar os problemas sociais que estão colocados, hoje, na pauta do dia.

Eu acho que a reforma do Estado tem que ser feita e tem que se pautar em três dimensões.

Primeiro, na profissionalização, porque não dá mais para nós tratarmos servidores públicos como um bando de imbecis, que estão lá na administração pública para cumprir ordens, sejam de que natureza forem, sem capacidade, sem condições de discutir e de contribuir para melhorar as condições do serviço público. Aí, a imbecilidade é ainda maior quando nós não conseguimos fazer isso e, mesmo assim, nós achamos que o problema salarial vai resolver todos os problemas sociais, mas não vai. Se resolvesse, nós não teríamos altos escalões da administração pública corruptos, que ganham muito bem, que ganham salários milionários. Por que essas pessoas são corruptas? Por que os salários delas não bastam, não chegam para as coisas que têm de fazer? Não.

Nós precisamos fazer uma reforma do Estado que tenha profissionalização, que tenha pessoas qualificadas que invistam na capacitação, na humanização de seus profissionais, que tenham carreiras estratégicas que possam dar conta da função do Estado, que é perene, e que não se confunde com os governos.

Os governos podem passar, mas a função do Estado vai continuar e nós temos que garantir isso. Não dá para, a cada mudança de governo, nós sempre recomeçarmos do zero, porque quem está pagando um preço muito alto são os nossos filhos, são os cidadãos mato-grossenses. É o nosso futuro que está em jogo. Então, precisa-se disso.

Uma outra coisa é a responsabilização. Não dá mais para nós, enquanto servidores públicos, limitarmos a discussão das nossas carreiras, das nossas atuações a um único quesito salarial. Por quê? Porque enquanto nós não tivermos bons profissionais no serviço público, nós que trabalhamos, nós que ralamos, vamos ser sempre confundidos com aqueles que vão para a administração pública esperando a sua aposentadoria e nada fazem para contribuir com um Estado melhor, com uma sociedade melhor.

Eu vou me alongar só mais um pouquinho para terminar. Uma outra coisa que precisamos nessa reforma é criar um sistema de mensuração de resultados da administração pública. Ora, não é possível que as secretarias comecem a arquitetar planos mirabolantes e, no final das contas, não terem de prestar contas a ninguém dos resultados.

Precisamos, então, criar um sistema de responsabilização, de profissionalização e de cobrança de resultados. Aí, eu quero fechar, dizendo que com relação à segurança pública, senhores componentes da Mesa, senhores membros da platéia, eu vejo que só reivindicar policiamento, melhoria de salário, absolutamente não vai resolver o problema da segurança que é um problema extremamente complexo. Nós precisamos primeiro qualificar a nossa polícia no sentido de que ela faça todos os seus papéis, que é prevenção de crimes contra a integridade física dos cidadãos, contra o patrimônio e contra a integridade territorial do nosso Estado, como também usar a inteligência para combater crimes de organizações criminosas, o crime organizado. Precisamos de um sistema claro, inequívoco e rígido de punição para os crimes e também de um programa sério e continuado de ressocialização daqueles que chegaram às cadeias e que precisam retornar às suas vidas como cidadãos, como membro desta sociedade. E, fundamentalmente,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

precisamos de uma política de humanização dos policiais, humanização dos servidores públicos, para que possamos fazer uma formação continuada desses policiais, ter uma política de incentivos e remuneração, mas também ter um processo de corregedoria para combater a prática ruim dos policiais, para extirpar os maus policiais, para que os policiais, a corporação seja conhecida por seu talento, pela sua honestidade, pela sua importância enquanto categoria fundamental para garantir a segurança pública. E, também, eu imagino que uma coisa fundamental é a constituição de uma ouvidoria para que a sociedade possa ser ouvida em relação ao serviço de segurança pública no Estado.

Em tese, era isso o que eu queria dizer. Espero que eu tenha contribuído para com esse processo. Obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero convidar os presidentes de associações para participarem das reuniões da nossa Comissão, que acontecem todas as terças-feiras, às duas horas da tarde. Levem as propostas, contribuam conosco.

Vossa Excelência fez colocações importantes.

Ontem, eu liguei para o Secretário Marcos Henrique Machado, preocupado com as reformas administrativa e previdenciária. Nós temos que dar uma peneirada nessa reforma previdenciária. Têm muitas pessoas que se aposentaram de forma errada, o que vai penalizar futuramente os servidores. Nós podemos estar tirando dinheiro para aplicar na segurança pública, até coloquei isso para o Secretário, ontem, por telefone. Eu estou muito preocupado com isso. Eu concordo com todas as suas palavras, com tudo aquilo que todos estão colocando aqui quanto à contribuição.

Eu quero ouvi-los mais. Eu quero propor a criação de uma comissão para debater as propostas.

Eu sinto no Secretário Marcos Machado a vontade de ajudar a mudar. Eu falei com ele, agora, da minha preocupação quanto à questão salarial dos policiais. Isso nos deixa constrangido. Ele, também, está preocupado.

Então, esta Audiência Pública terá futuro e está embasada. Esta Audiência Pública não ficará só no que estamos falando hoje. Toda terça-feira, às 14:00 horas, eu quero receber propostas, por escrito, para debatermos. E, se possível, vamos criar uma comissão para debatermos todas as propostas, inclusive, da Ouvidoria, do Estatuto da Polícia Militar, da Polícia Civil, dos Conselhos. Eu quero que a Câmara Municipal de Cuiabá nos ajude.

Com a palavra, o Sr. José Gonçalo de Almeida, do Bairro Figueirinha (AUSENTE).

Com a palavra, o Sr. Valdenor de Jesus, Poxolito, Líder Comunitário.

O SR. VALDENOR DE JESUS - Sr. Deputado Zé Carlos do Pátio, em nome do qual cumprimento a Mesa, e platéia aqui presente, eu quero discutir aqui muita coisa, mas serei rápido.

A Polícia Militar vem, Deputado, desenvolvendo um belíssimo trabalho. Eu acho que complicam muito uma coisa que é fácil. Nós, que andamos na periferia, que estamos na periferia, vemos o trabalho da Polícia Militar, através do Comando de Policiamento Comunitário. Isso está dando certo. Temos lá os Bairros Pedra 90, Osmar Cabral, São João Del Rei, Fortaleza, Santa Laura, Liberdade, onde matavam cinco todas as noites. Depois que se implantou, sob o comando do Capitão Nivaldo, que vem desenvolvendo um belíssimo trabalho, a polícia comunitária, parou, quer dizer, aliviou. Hoje, pode-se até andar à noite, ali, com tranquilidade. Antigamente, era difícil, todo mundo ia preso. Não melhorou? Não está ótimo, cem por cento, mas melhorou, quer

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

dizer, está melhorando. Por quê? A Polícia Militar... O que o Capitão Nivaldo faz lá? É simples! Ele conversa com a população. Ele saía lá, pegava um monte de balinhas, colocava dentro do carro, colocava a sirene, ligava, e aí juntava aquele monte de crianças, dava as balinhas para as crianças, mandava as crianças mandar um alô para a mamãe, quer dizer, aquela integração. Mas o que falta? O que nós observamos que falta é verba.

Todo mundo aqui pede policia comunitária. Todo mundo fala mal da Polícia Militar. Ninguém tem moral, hoje, para falar mal da Polícia Militar. Tem moral para falar dos governadores que não têm interesse, não sei o que é aquilo... O problema é esse, vamos montar... Por exemplo, lá no Residencial Coxipó, ontem, nós tivemos uma reunião. O Vereador Caio estava lá, estava o Major Alves, representando o Comandante. Foram todos convidados, inclusive o Secretário de Justiça Segurança Pública. Eu mesmo saí anunciando com o meu carro de som a presença do Secretário de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso, para discutirmos... Nós reunimos lá em torno de quatrocentas a quinhentas pessoas, não foi ninguém do Estado. Foram convidados os Deputados... O Conselho de Segurança daquele local convidou os Deputados, não apareceu nenhum, mandaram os assessores.

Quando se fala que é reunião para discutir segurança nos bairros, a Polícia Militar está lá com os seus graduados, eles vão lá ouvir e falar: “Olhem, pessoal, o problema é o seguinte: nós estamos aqui, nós não temos dinheiro, não temos soldados... Isso aí é o Governo do Estado que tem que ver, não somos nós. Nós estamos aqui e achamos que vocês têm que tomar as providências assim, assim, assim...”.

Nós estamos doando, a comunidade, juntamente com a Prefeitura, doou para o Governo do Estado uma construção caríssima que era o terminal de ônibus lá do Residencial Coxipó, uma construção já com asfalto do lado, coisa de primeira, coisa pouca... Parece-me que com duzentos mil reais dá para colocar ali um comando de policiamento. Certo? Isso é pouco para esse Estado que arrecada milhões, porque todos nós contribuimos, através do óleo, do arroz, do feijão, do transporte coletivo, nós contribuimos com impostos. São milhões! Então, duzentos mil reais não é nada para montar ali um comando, um quartel, porque a área é grande, inclusive a área foi doada e não foi nenhum representante da Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

A comunidade ficou indignada, nenhuma resposta, para quê? Para chegar e falar para o Secretário: Secretário, é isso aqui. Se depender, vamos fazer campanha junto aos empresários, inclusive arrecadar dinheiro, já que o Estado não tem, vamos arrecadar, mas nós precisamos de segurança pública naquele pólo. Parece-me que são três carros para atender sessenta e oito bairros, quer dizer, falta carro. É só o Governo do Estado comprar carro, levar lá e colocar a polícia comunitária. Essa polícia é boa, porque ela conversa, conhece todo mundo, conhece o bandidinho, o bandidão, sabe como armar, porque ela vai lá na família. Está dando certo a polícia comunitária.

Então, eu quero parabenizar a Policia Militar e dizer, aqui, que o Governo do Estado está deixando a desejar. Pela segurança pública, o responsável é o Governo do Estado.

A Polícia Militar vem fazendo um belíssimo trabalho. A Polícia Civil nem existe mais. Nós nem a vemos mais, parece-me que é só para entregar correspondência. Eu só vejo a Polícia Civil na rua, entregando correspondência. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou fazer uma proposta aqui para o senhor.

Nós vamos fazer audiências públicas nos bairros. A Comissão de Segurança Pública e Comunitária já fez três audiências públicas, e esta é a terceira.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Eu quero testemunhar a humildade do Secretário Célio Wilson, que foi em Rondonópolis numa audiência no bairro mais humilde de Rondonópolis. Também está presente o Comandante do 5º Batalhão, que foi lá, enfrentou a comunidade e ouviu mais de quarenta líderes comunitários daquela região.

Então, eu acho que o nosso caminho é ir para a comunidade, para o bairro. Assim, o senhor pode estar certo que eu vou, como Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, marcar audiências aqui nos bairros de Cuiabá. Eu tenho cinco mandatos e, para os senhores terem uma idéia, não teve nenhum vereador na última eleição que recebeu a minha votação em Rondonópolis, tal a credibilidade que eu tenho lá como homem público.

Vamos ver o mapa da violência aqui em Cuiabá e vamos propor... Por exemplo, um bairro que eu tenho vontade de conhecer é o Dr. Fábio, porque já me falaram muito desse bairro. Então, quero ir lá com a Comissão de Segurança Pública e Comunitária ouvir a comunidade.

Então, o senhor pode estar certo que, depois de sua fala - é uma definição da Comissão -, nós vamos para os bairros de Cuiabá ouvir a comunidade e o Secretário Célio Wilson saiu aqui de Cuiabá, chegou lá durante vinte horas, ficou lá até a uma da manhã, ouvindo a comunidade, saiu de lá uma e pouco da manhã para Cuiabá, ouvindo mais de quarenta lideranças comunitárias.

Eu acho que esse é o nosso papel, ouvir e criar soluções, e ele deu solução, já fez encaminhamentos para resolver o problema dessa região, que é perigosa.

Eu sempre fui uma pessoa crítica, muito polêmica, mas o Coronel Denésio, por exemplo, eu apresentara uma Moção de Aplausos a ele aqui na Assembléia... Olhem só como é que são as coisas. Resolvi não dar a Moção de Aplausos a ele porque nós arrumamos 80 homens para a região de Rondonópolis e ele mandou para o interior. Nós temos que falar coisas boas, não é? Os senhores acreditam que todo líder comunitário me procurou na audiência e pediu para eu dar a Moção de Aplausos a ele? “O Senhor tem que dar. É um Coronel bom”. Eu falei: Pôxa, não temos efetivo, está faltando segurança aqui... “Mas ele é bom, ele tem credibilidade, nós gostamos dele”.

Então, quero dizer do outro lado, porque eu sou muito crítico, mas sei ver a credibilidade, quando é colocada, de um policial. Eu fiz a Moção de Aplausos a ele, mas ele acabou ganhando a Moção de Aplausos do povo e não minha, porque foi extremamente elogiado naquela audiência pública.

Está havendo muita mudança. Quando eu era vereador, no meu primeiro - eu sempre fui o vereador mais votado de lá -, foi feita uma Moção de Aplausos a um coronel de Rondonópolis. Todos os vereadores votaram a favor dessa Moção de Aplausos, eu e o Vereador Juca, que ainda é Vereador lá, do PT, fomos os únicos Vereadores, que votamos contra essa Moção de Aplausos. Se se notar mudou muito o perfil do coronel de antigamente com o coronel de hoje. É um outro tipo de coronel, é uma humildade, é uma simplicidade, dialoga com as pessoas, isso mudou, isso não tem como negar. Querer negar isso, é negar a verdade! Dizer que não mudou, que não avançou, é ser errado consigo mesmo. Então, houve avanços e nós podemos reconhecer isso. Isso tudo eu estou dando como exemplo.

Com a palavra...

O Sr. Célio Wilson de Oliveira - Gostaria de fazer um esclarecimento, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Pois, não.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Se foi entregue um convite, esse convite não chegou à minha mão. Eu gostaria de dizer também que a Secretaria e o Gabinete estão abertos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Todas as pessoas, as lideranças comunitárias, que me procuraram foram recebidas. Lógico, na medida do possível, mas foram recebidas.

Esse convite não chegou a minha mão. Da maneira que o senhor coloca, parece muito simples, só falta vontade do Estado de implantar. Eu posso de ter dar a certeza de que vontade existe. Inclusive Coronel Campos Filho, eu posso até, se o Deputado me permitir... Esses dias nós discutimos uma questão com relação ao policiamento comunitário, mas se o senhor não se lembra, aqui na minha fala eu coloquei que essa é uma das prioridades da Secretaria, trabalhar em conjunto inclusive com a Polícia Civil, principalmente diante da proximidade que a polícia comunitária tem com a sociedade.

O que nós colocávamos esses dias para o Coronel... Nós estamos buscando uma coisa, inclusive o Deputado Zé Carlos do Pátio tem reclamado muito sobre a questão do desvio de função, buscando alternativas para trazer pelo menos duzentos policiais, o mais rápido possível, e com isso nós teríamos condições de montarmos pelo menos dez Companhias Comunitárias. Então, nós estamos atentos. Não houve negligência. A vontade política existe, não é tão simples como o senhor diz.

Eu gostaria só que o Coronel Campos Filho esclarecesse se nós temos condições, hoje, com o efetivo que existe, de implantar imediatamente alguma companhia.

O SR. CAMPOS FILHO - Boa-tarde a todos.

Nós temos um projeto de implementar vinte e três Companhias Comunitárias na Grande Capital, incluindo Cuiabá e Várzea Grande. Foram implantadas oito Companhias. Agora, para implantar uma Companhia Comunitária, nós precisamos de noventa policiais, quatro viaturas, quatro motocicletas e, no mínimo, oito bicicletas. Então, atualmente nós não temos condições, infraestrutura para implementar Companhias Comunitárias.

A grande vontade nossa, dos órgãos da Segurança, do Secretário de Justiça e Segurança Pública, do Comandante-Geral, minha, como Comandante do CPC, é termos uma Companhia Comunitária em cada bairro, porque é uma experiência positiva.

Só para se ter uma idéia da experiência da Companhia Comunitária. O Ministro da Justiça veio aqui em Cuiabá e foi lá no Bairro Pedro 90 conhecer o funcionamento da Companhia Comunitária. A polícia de São Paulo, que é considerada uma das melhores do Brasil, veio aqui no nosso Estado, aqui na nossa Cuiabá, lá no Bairro Pedro 90, conhecer o funcionamento da Companhia Comunitária. Só por uma questão de justiça a todos os policiais militares do Estado, principalmente da Capital, e expor o quadro. Eu tenho dois mil homens para atender quatrocentos bairros. Então, seriam teoricamente cinco policiais para cada bairro. Obedecendo às horas de trabalho e folga, eu teria um homem e meio por dia para trabalhar. Seria um homem e meio para fazer segurança num bairro como o CPA, Tijucal e Pedra 90. Eu tenho uma média de trinta viaturas por dia para atender quatrocentos bairros. Se eu colocar uma viatura em cada bairro, sobram trezentos e setenta bairros sem viaturas. Só que, com toda essa deficiência, os meus policiais, como o próprio soldado falou, têm se superado. Só este ano mais de setecentos e cinquenta marginais foram presos em flagrante pela Polícia Militar, trezentas armas foram apreendidas nas vias públicas da Capital. Nós temos problemas graves de roubos e furtos, quase trezentas pessoas foram presas em vias públicas este ano por prática de roubo e assalto. Então, vejam os senhores o desprendimento que os policiais militares estão tendo, na superação das nossas dificuldades operacionais.

Os senhores continuem confiando no nosso trabalho. As palavras que eu ouvi aqui, dos presidentes de bairros, isso é muito bom, porque não somos nós que estamos falando, os senhores estão vendo a realidade, o trabalho nosso nos bairros.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Deputado, hoje, nós saímos do gabinete e vamos a qualquer bairro da Capital para ouvir a sociedade, para ouvir a comunidade. Qualquer cidadão hoje chega ao Comando-Geral e fala com o coronel. Nós ouvimos todos. Graças à organização do trabalho das lideranças comunitárias que, hoje, nós não podemos comparar a nossa cidade com a do Rio de Janeiro.

Muitas pessoas às vezes falam do Rio de Janeiro. Ah, Cuiabá vai virar um Rio de Janeiro. Nós não queremos isso. As pessoas não conhecem a violência. Eu me formei no Rio de Janeiro. Subi morro no Rio de Janeiro, não queiram conhecer a violência do Rio de Janeiro. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Coronel Sales.

O SR. SALES - Só para colocar mais um ponto. A questão da criminalidade, a questão da segurança, não se faz apenas com a presença da Polícia Militar. Se assim fosse faríamos o seguinte: pegariamos aí duzentos mil homens e colocaríamos em Cuiabá que resolveria a situação. Não vai. Combatem-se a violência e a criminalidade com emprego e renda, oportunidade de emprego para os adolescentes, programas principalmente de recuperação de drogas nas periferias de Cuiabá. Basta percorrer os bairros de Cuiabá para verificar isso aí. Está aí o Vereador Caio César que percorre os bairros de Cuiabá. Então, são esses fatores: educação, saúde... Nos bairros da Capital existe uma carência muito grande de políticas públicas.

No sábado passado nós fizemos uma operação, uma ação cível social no bairro Dr. Fábio que o senhor quer conhecer. Levamos lá cabeleireiros, técnicos de saúde, pessoal para fazer Carteira de Identidade. Eu queria que o senhor visse o grau de satisfação da comunidade, porque as pessoas lá não têm condições de vir aqui na Avenida do CPA para fazer uma Carteira de Identidade. E esse trabalho nós estamos fazendo.

O que nós estamos procurando, hoje, com toda dificuldade é ser uma polícia cidadã, que respeita o direito do cidadão, que leva a segurança ao cidadão, que está presente nos bairros.

Então, esse é o nosso objetivo no CPC e nós não vemos dificuldade, nós estamos superando todas as dificuldades. Como eu digo, nós somos cuiabanos, nós fazemos parte da sociedade. A nossa família está lá fora. Nós vamos combater a criminalidade e vamos superar com o engajamento de todos, com a integração de todos, de todos os jovens e, principalmente, de toda a sociedade. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Coronel Edir Bispo.

O SR. EDIR BISPO - Deputado Zé Carlos do Pátio, Sr. Secretário Célio Wilson de Oliveira, Sr. Secretário de Administração Marcos Machado, senhores da Mesa, Srs. Coronéis da Polícia Militar, Srs. Delegados de Polícia Civil, senhores presentes:

Primeiramente, eu quero parabenizar o Secretário Célio Wilson de Oliveira pela coragem de aceitar a pasta da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

Tenho 22 anos de Polícia Militar, mais 06 anos de Exército Brasileiro, conto com 28 anos de efetivo serviço na área militar.

Hoje, Sr. Secretário, nós não estamos aqui para dizer: eu acho isso ou nós precisamos disso. O que nós precisamos, nós sabemos. A primeira monografia sobre polícia comunitária foi feita pelo Capitão Naliel, em 1987, que hoje é o Comandante da Guarda Municipal, em Várzea Grande. Nós já estávamos planejando na Polícia Militar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Esse trabalho de descentralização de comandos de áreas teve início em 1987. Trabalhamos com o Coronel Vitor Hugo, o Coronel Jorge, o Coronel Arduin, o Coronel Vanini, o Coronel Campos Filho, o Coronel Emanuel, o Coronel Oliveira, o Coronel Moraes que foi o nosso Comandante-Geral, planejando a Polícia Militar. Os delegados, como Paulo Brandão, Milton, Dr. Ribeiro e todos os coronéis da PM que estão aqui presentes, conhecem *pari passu* cada torrão do Estado mato-grossense. Nós conhecemos os problemas da segurança pública.

Só, Sr. Secretário, que o senhor foi a bola da vez, o senhor pegou o problema no limite. Hoje, nós não temos como mandar um coronel para o interior, para um comando de área, a exemplo de um coronel como eu, que tem todos os cursos na Polícia Militar e mais a Escola Superior de Guerra que fiz em 2001, para comandar o mesmo efetivo que um major comanda, sob a responsabilidade de sermos taxados de incompetentes. Afinal, vamos chegar lá e não vamos resolver o problema.

O problema tem que ser resolvido de forma política, como estou vendo hoje aqui, com a presença dos Srs. Deputados, com a presença dos representantes da segurança pública e mostrando o que nós temos de bom dentro das gloriosas Polícias Militar e Civil, porque capacidade não nos falta, competência não nos falta e ousadia não nos falta. E nós temos coragem, porque se nós estamos até hoje na Polícia Militar, é porque já estamos dando uma demonstração de coragem, de abnegação e de amor ao próximo. Ser policial militar é sacerdócio, vir aqui e dizer que é isso, que é aquilo, é muito simples.

Srs. Deputados, primeiro, os senhores que representam a cúpula da segurança temos que estudar os problemas da segurança pública. Não podemos vir aqui, usar o microfone e dizer o que nos vêm à cabeça. Temos que ter conhecimento de causa, temos que estar vivendo os problemas, temos que sentir o dia-a-dia.

Coronel Campos Filho, parabéns pelo seu trabalho!

Parabéns ao Coronel Oliveira!

Parabéns ao Secretário de Justiça e Segurança Pública!

Fui comandante do CPC e de manhã, às 05:00 horas da manhã, o primeiro telefonema que eu recebia do COOPOM, era a notícia que tivera dez homicídios, que tivera três seqüestros. Eram com esses problemas que eu ia para a rua trabalhar e já deixava a minha família preocupada. Então, chega de estar absorvendo esse tipo de negatividade.

Hoje, Sr. Secretário, nós temos aqui uma demonstração de credibilidade da área da segurança pública, da área da Polícia Militar. Eu tive a ousadia de vir aqui pronunciar algumas palavras porque eu vi aqui que as pessoas merecem respeito, merecem confiança, estão bem intencionadas. Ninguém veio aqui fazer discurso político, ninguém veio aqui prometer que vai resolver o problema. Nós estamos aqui dando oportunidade aos senhores trazerem suas lamentações, suas angústias e a nós, também, a exemplo de soldados aqui vieram, com uma demonstração de firmeza, de seriedade, de firmeza de caráter, dizer o que estavam sentindo por dentro, coisas que outrora não podíamos dizer, porque senão seríamos, como foi dito aqui, transferidos para o interior como eu fui para São Félix do Araguaia, quando eu era tenente.

Parabéns aos policiais que vêm aqui e falam com sinceridade, que almejam melhoria para a sua instituição e que permanecem nela.

Parabéns, Deputado Zé Carlos do Pátio! Estive com Vossa Excelência já em outra reunião sobre segurança pública e coloco-me à disposição de Vossa Excelência, para assessorá-lo em qualquer oportunidade que precisar. Conte conosco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO
NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Parabéns, Sr. Secretário! Estamos também à disposição de Vossa Excelência para aquilo que for necessário.

Parabéns Srs. Coronéis da Polícia Militar! É muito difícil ter ousadia e coragem de vir à frente e falar a verdade. Tenho certeza de que todos os senhores têm os seus discursos por dentro, uma vontade enorme de jogar para fora, mas, às vezes, nós temos a responsabilidade constitucional sobre os nossos ombros e podemos ser mal interpretados, até politicamente, podendo sofrer até represálias. Hoje, temos certeza de que isso não acontece.

Então, com certeza, eu digo que a segurança pública no Mato Grosso, da maneira como está caminhando e com a vontade política que está existindo, com certeza ela melhorará em muito e eu acredito nela (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero colocar que eu não tenho conhecimento de segurança pública. Eu já até fui oficial do Exército, fiz NPOR, artilharia em Brasília, mas eu não tenho conhecimento.

A primeira pessoa que eu procurei para me orientar, como membro da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, foi o Coronel Edir Bispo - e nós temos que ter a humildade de ouvir as pessoas -, da mesma forma que eu procurei o Coronel Sales, procurei o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, procurei o Coronel Oliveira. O Coronel Bispo esteve por duas vezes participando da reunião da Comissão, para dar sugestões.

Com a palavra, o Sr. José Carlos Basan, Pardal, do movimento ambiental.

O SR. JOSÉ CARLOS BASAN - O Governador lançou no jornal, e isso já faz parte da história: “Nós vamos fazer com que a segurança seja prioridade do Governo como um todo e as outras secretarias também estarão trabalhando no sentido de ajudar a segurança pública”.

Um dos nossos colegas palestrantes fez um comentário que eles já haviam criado um plano emergencial de segurança para o interior. Ele disse também que esse plano emergencial de segurança para o interior não é viável economicamente. Ora, se um plano emergencial não é viável economicamente, não é prioridade. Então, o emergencial de segurança para o interior não é viável, hoje.

Eu acho que a Comissão de Segurança Pública e Comunitária desta Casa tem que pegar uma cópia desse plano e ver porque esse plano é considerado pelo Estado, hoje, inviável economicamente, se o Governador diz que tudo seria prioridade.

Eu digo mais ainda: o planejamento não pode lançar seus planos plurianuais com metas do tipo “reduzir ocorrências de homicídios de quatro para dois casos para cada dez mil habitantes”. A população do Estado é de dois milhões e quinhentos mil habitantes, se nós fizermos uma correlação estavam previstos, então, novecentos assassinatos no Estado; graças a Deus ocorreram seiscentos e poucos, e então o planejamento foi eficiente...

Isso é o que está escrito no Plano Plurianual, está no *site* da SEPLAN.

E digo mais ainda: há metas como reduzir roubos em residência de quatro mil e poucos para só dois mil. Esses aí não podem ser objetos de um plano plurianual. Eu acho que o Governador não vai permitir isso. E isso tem se repetido no nosso Estado nos últimos Planos Plurianuais. Eu estou com o Plano do ano de 2000 até 2003 - essa piada que está aqui dentro.

Eu teria mais algumas considerações a fazer, mas, pelo adiantado da hora, vou direto na questão das propostas.

A Comissão de Segurança Pública e Comunitária tem, sim, que analisar a questão da contribuição para a segurança que os comerciantes pagam, como um fundo que tem no Estado. Eu acho que essa taxa que os comerciantes pagam deveria ser empregada na Polícia Comunitária,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

onde ela estiver atuando, para sua manutenção. Quanto ao salário, o Estado continua sendo responsável. O Estado continua sendo responsável pela despesa com o salário.

Em termos de proposta, eu acho que a Comissão de Segurança Pública e Comunitária deve publicar, pelo menos da legislatura passada, quais foram as conclusões, os trabalhos da Comissão da Assembléia Legislativa. Eu não sei. Eu acho que ela tem obrigação de publicar isso nos jornais para que seja de domínio público.

Coronel, no ano passado houve uma ação da polícia, de alguns oficiais, que se acharam injustiçados nas suas promoções. Está estaque a concessão de promoções, principalmente, por tempo e mérito. Alguns policiais estão sendo preteridos nessas nomeações. Isso continuará neste Governo ou não?

Pelo tempo, encerro (PALMAS).

Eu sou obrigado a fazer um comentário a respeito da fala do Deputado Pedro Satélite.

Mapa da Segurança Pública: Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Terra Nova. É importante ressaltar que em alguns municípios só existe uma pessoa para responder pela segurança do povo e, em Novo Mundo, nem consta a presença de representantes desse tipo de serviço prioritário para a comunidade. Isso, também, está no mapa da Secretaria de Planejamento do Estado. Então, isso faz parte da história.

Eu acho que a Comissão de Segurança Pública e Comunitária tem a obrigação de responder concretamente pelo menos a Novo Mundo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu concordo e quero, aqui, inclusive, fazer uma observação. Poxoréo, por exemplo, tem em torno de vinte e três mil habitantes, ou mais, informa-nos o Vereador Caio César, e lá deve ter, no máximo, cinco policiais militares. Então, vinte mil, dá uma média de quatro mil pessoas para um policial. Segundo a ONU, seria um policial para cada duzentos e cinquenta habitantes.

Em Poxoréo, há um policial para quatro mil pessoas. É uma questão grave e não dá para nós... Nós temos que gradativamente buscar os caminhos. Eu bato muito nessa questão do desvio de função, e eu me questiono muito... Gostei da idéia do Secretário, porque é uma idéia muito madura que nós temos que fazer, que é a questão do Exército. As pessoas que saem do Exército e que, muitas vezes, não têm função, sejam policiais temporários, é uma idéia.

Hoje, eu vi sargentos e tenentes contestando, mas são idéias. Eu acho que tudo é positivo para ouvir e ver sugestões.

Agora, para encerrar, nós vamos ouvir as considerações finais e responder as perguntas.

Primeiramente, eu gostaria de passar a palavra para o Secretário de Administração e depois, encerrando, passarei ao Secretário de Justiça e Segurança Pública.

Com a palavra, o Secretário de Administração, Sr. Marcos Machado.

O SR. MARCOS MACHADO - Deputado Zé Carlos do Pátio, quero não só cumprimentá-lo como também parabenizá-lo pela iniciativa; colega Secretário Célio Wilson de Oliveira; Srs. Coronéis, Delegados, Sr. Vereador; integrantes do Corpo de Bombeiros; Polícia Militar, Polícia Civil; senhoras e senhores:

Eu vou começar com a palavra de esperança que o Coronel Edir Bispo ressaltou, porque eu acredito que nós estamos melhorando e a todo dia isso é possível.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

O problema é que a velocidade em que as ações criminais e angústias por segurança da população estão aumentando, nós não estamos conseguindo prevenir satisfatoriamente e retirar essa angústia de uma forma que dê tranqüilidade e paz de espírito ao cidadão mato-grossense.

Eu acredito nesse tripé que, hoje, a segurança pública está montada, membro do Ministério Público, um oficial da Polícia Militar, um delegado especial da Polícia Civil. Defendo a idéia do Corpo de Bombeiros, da defesa civil. Sou partidário disso e acredito que nós já poderíamos estudar, e gostaria da sua colaboração, o que nós poderíamos fazer em nível estadual, independentemente de todas as transformações necessárias, tanto no Texto Constitucional como na legislação nacional.

Eu percebo, aqui, que esta Comissão, Deputado Zé Carlos do Pátio, já recebeu aquilo que se poderia dizer e ouvir em termos de discussão e propostas que poderão ser ordenadas. Eu digo que o Governo Blairo Maggi, e temos tentado demonstrar isso, efetivamente está voltado à área de segurança, exemplo disso é a presença do Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento, da minha presença, como Secretário de Administração, mas não estamos entregando ainda um produto acabado, estamos em construção. A palavra revitalização foi muito bem conduzida pela Edna, gestora da Secretaria de Planejamento, e é preciso que se diga que nós pegamos um Estado em desenvolvimento em que a área de segurança pública não recebeu a atenção que deveria. Mas, nem por isso, o período em que particularmente estivemos presentes não foi iniciado um trabalho.

Hoje, acredito que há uma verdadeira organização para que isso aconteça e acredito muito no papel da Assembléia Legislativa, papel de transformação, não só da legislação, mas de escuta, porque como bem disseram, não me lembro exatamente quem, dentro da Polícia Civil, dentro da Polícia Militar, dentro do Corpo de Bombeiro, temos soluções. As soluções domésticas não estão sendo valorizadas.

Temos excelentes idéias e essas idéias precisam ser materializadas com ações e, principalmente, com a correção legislativa, porque não adianta nada eu falar: vamos mudar o Código Penal, o Código de Processo Penal, vamos cobrar do Judiciário, porque nós temos dificuldades muito grandes com a legislação e com a postura judicial também.

Não é todo juiz criminal que realmente valoriza a atuação da polícia, pelo contrário, critica o inquérito, quando coloca um policial como testemunha, desmoraliza o policial. Isso tem acontecido.

O próprio Ministério Público tem uma postura que nós, eu e o Célio, particularmente, não desejamos e não praticamos, que é de intimidar a ação policial, em nome de uma valorização de direitos humanos que, embora todos sejamos humanistas, tementes a Deus, não se dá direito à vítima, não se observa o direito do policial. Isso tem que acabar. O policial tem que perder o medo, começar a agir efetivamente e não ter receio de ser processado em todos os instantes, principalmente pelo que não tem defesa. A Defensoria não tem hoje uma estrutura para atender a Polícia Civil, a Polícia Militar.

Eu não quero colocar nenhum incentivo à criminalidade, mas hoje estamos num estado quase que de exceção e temos que começar a observar isso, parar com essa idéia que vamos conseguir vencer essa criminalidade com ações formais e padronizadas, que o bandido conhece muito bem, antes de nós.

Hoje, eu critiquei a TIM. Hoje, a TIM acha que a tecnologia desenvolvida por ela é interessante, porque impede a interceptação telefônica. Isso não é nada bom. Nada bom. A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

primeira quadrilha que se organizar com o telefone da TIM fará o que bem entender e o nosso serviço de inteligência terá muita dificuldade.

Nós conseguimos, através do GCO e do GAECO várias autuações em flagrante, com autorização judicial de interceptação, que está acontecendo fora de Cuiabá, no interior do Estado. Imaginem a dificuldade que teremos com um serviço desse.

Temos, hoje, uma legislação que está supervalorizando o direito do criminoso. Está mesmo! Nós temos um Judiciário não inerte, mas incompreensivo com a dificuldade por que a segurança pública passa. Hoje, nós temos serviços que estão à disposição da bandidagem.

Nós temos, aqui, uma única discussão, para efeito de proposta, Deputado. Que a sua Comissão, a exemplo da Comissão contra o crime organizado, do Congresso Nacional, conduzida pelo Deputado Moroni Torga, seja uma Comissão Permanente de trabalho, para que nós possamos, nessas reuniões, começar a escrever o que é preciso alterar no Estatuto da Polícia Militar; o que é preciso alterar no Estatuto da Polícia Civil; o que é preciso criar de legislação protetora, inclusive para valorizar o policial. Essa questão é muito interessante quando se fala em finanças, mas, nem sempre, isso é impeditivo. Nós podemos, sim, achar um eixo dentro da receita para atender, por exemplo, como bem falou o Dr. Célio Wilson de Oliveira, o agente policial, o escrivão e o praça. Essa é a nossa preocupação imediata, porque esse grupo está aquém.

Para fechar o raciocínio, eu quero ressaltar, também, a importância da sua Comissão junto ao Ministério da Justiça. Nós precisamos, não apenas trazer o Ministro aqui, efetivamente, receber o apoio necessário para a Polícia Federal e para a instituição do Escritório de Gestão Compartilhada, para que a segurança pública do Estado de Mato Grosso tenha, realmente, o apoio nacional que precisa.

Eu respondo à única pergunta que me foi colocada, do Corpo de Bombeiros.

O Secretário Célio Wilson de Oliveira já estabeleceu um estudo junto ao Corpo de Bombeiros, para o SIOF, para o GEFRON e para Várzea Grande, que está em inauguração, minimamente, de cento e cinquenta homens. Esse estudo já foi apresentado para o Governador do Estado, que encaminhou para a Secretaria de Fazenda. Não é que não queremos nomear os trezentos, mas nós temos que estabelecer uma relação de receita e despesa. Esses cento e cinquenta seria justamente porque chegou ao limite.

Já foi colocado bem que as ocorrências estão superando, mas para essas unidades de atendimento os cento e cinquenta são considerados imprescindíveis, não que os trezentos não possam ser nomeados no decorrer do ano ou quem sabe logo após. O que eu tenho a estabelecer, como resposta à indagação, é que nós estamos aguardando e tivemos a autorização da Secretaria de Fazenda para nomear ou comunicar ao Coronel, Comandante do Corpo de Bombeiros, o chamamento dos cento e cinquenta bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Secretário de Justiça e Segurança Pública, o Sr. Célio Wilson de Oliveira.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Deputado Zé Carlos do Pátio, mais uma vez, eu agradeço a oportunidade.

Depois de ouvir todas as pessoas que se manifestaram, e algumas com larga experiência na área de segurança pública, cada vez mais, eu me convenço que estamos trilhando o caminho certo. As dificuldades são muitas.

Nós pretendemos - e temos conversado bastante com o pessoal da Polícia Militar - implantar o policiamento comunitário, ter o policiamento comunitário como carro-chefe da Secretaria no que se refere à Polícia Militar, em função dos resultados que têm sido apresentados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Temos a convicção também, e isso ficou evidente aqui, que sem equipamentos a polícia não tem como trabalhar. Não há como desenvolver uma atividade sem o mínimo de condições. Há necessidade, sim, e nós reconhecemos - como colocou o Dr. Vicente Lino - que precisamos recuperar os prédios públicos das delegacias.

Eu gostaria de colocar - depois eu vou fornecer a cópia do ofício ao Deputado, ao Dr. Vicente Lino, Presidente do Sindicato - que enviamos ao Governador do Estado, enumerando as necessidades. Uma delas era justamente a recuperação dos prédios, inclusive como forma de dignificar também o trabalho, de criar um ânimo diferente para que o policial tivesse um ambiente melhor de trabalho.

Colocamos lá também a necessidade de se criar serviços que visem proteger o policial. Serviço psicológico, médico, em função dos problemas que a atividade causa. Quantos são? E não são poucos os que se envolvem, por exemplo, com alcoolismo, com vários outros problemas. E o Estado, ainda, não oferece nada.

Eu tenho colocado todas as vezes, assumo isso em todos os lugares que vou, que foge da nossa atribuição, daquilo que podemos realizar, a questão salarial. Eu tenho colocado rotineiramente isso, tenho dito para a imprensa, para todos aqueles que nos visitam, que não há como fugir da questão salarial. São, praticamente, nove anos sem reajuste. Nós temos que buscar isso.

A nossa posição, não porque algumas pessoas levantaram isso, mas como eu não havia colocado na minha primeira fala, é, sim, buscar o reajuste de salário, principalmente, como o Dr. Marcos Machado colocou, como o Governador já assumiu publicamente, para aquelas pessoas que estão nas bases. Infelizmente, não é possível, hoje, contemplar todos os coronéis, todos os oficiais, até porque alguns deles, algumas categorias foram contempladas em um momento anterior, nesse meio tempo, nesses nove anos. Então, temos, sim, que valorizar aquelas pessoas que estão na ponta.

No que se refere, especificamente, à discussão dos Estatutos, nós estamos encaminhando para a SAD. Está praticamente concluído o nosso trabalho, aquilo que nós entendemos que deve estar inserido nessas leis. Mais uma vez, eu coloco que aquilo que foi discutido no que se refere às vantagens a essas categorias, aos direitos existentes ou não, ou quanto ao que se pretende incluir dentre as pessoas que participam dessas categorias, não estamos mexendo em qualquer um deles, até porque isso foi decidido e discutido exaustivamente, inclusive com as classes. Algumas classes que nos procuraram e nos disseram que não foram contempladas nessa discussão, estamos ouvindo-as, a exemplo da Polícia Militar, que o pessoal veio reclamar que os praças não foram ouvidos, soldados, cabos e sargentos. Estamos aguardando e vamos ouvi-los. Parece-me que na última reunião, na Polícia Militar, chamaram esse pessoal para ser ouvido.

Finalizando, eu quero dizer que recebo com tranquilidade todas as críticas que foram colocadas. Algumas, eu entendi que mereciam resposta. Tudo aquilo que angustia a comunidade, também, nos angustia, as deficiências existentes hoje. No que se refere a pessoal, eu acredito que estamos no caminho certo também, porque tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar apresentaram seus estudos, não apenas de reposição de efetivos, como estava fazendo, mas de ampliação, até que possamos chegar a um número ideal. Isso não é possível do dia para a noite.

Gostaria de atender aquele rapaz que disse que são apenas duzentos mil reais para se implantar a companhia comunitária. Mas, além disso, é preciso também pessoal e, hoje, nós não temos. Nós estamos caminhando também para isso. Foram nomeados trezentos novos policiais, foram nomeados policiais civis, eu já havia dito antes, foi autorizado o concurso público para mais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

quinhentos policiais militares esse ano. Se possível e se for concluído o concurso da Polícia Civil, mais policiais civis, mais delegados... Isso nós não temos negado em momento algum, pelo contrario, essas deficiências existem e assumimos todas elas.

Como o Coronel Edir colocou aqui, muito do que colocamos não é novidade. Os profissionais de segurança pública, na sua maioria, são competentes, são honestos, são pessoas que estão dando o sangue pela segurança pública e trabalhando muito além, às vezes, daquilo que é normal para as pessoas.

Mas isso tudo, lembrando novamente o Coronel Edir, são coisas que em 1997 foram planejadas, foram discutidas e nada foi implantado.

Agora, nós queremos, sim, o apoio da comunidade, queremos o apoio dos Deputados, da Assembléia Legislativa, para que não fiquemos mais nessa situação de planeja, planeja, planeja e não acontece nada.

Aqui, em Mato Grosso, são vários os exemplos, como colocou o Coronel Campos Filho, de experiências ou de situações que foram concebidas aqui e não implantadas e que outros Estados chegaram e implantaram e, hoje, são tidos como referências nacionais na segurança pública.

Nós temos que sair disso, temos que deixar simplesmente de planejar e passar a executar. Para isso é preciso recursos financeiros. Para isso é preciso que as pessoas, a sociedade como um todo esteja mobilizada e esteja cobrando. Nós aceitamos, sim, as cobranças, aceitamos as críticas e estamos abertos à discussão.

Agora, o que não pode ficar sem resposta, o que não pode deixar de ser rebatida é, simplesmente, aquela situação em que se busca só um determinado interesse. Eu acho que o interesse é de todos. O que se almeja, o objetivo final de tudo isso é atender a comunidade.

Eu agradeço, mais uma vez, principalmente àquelas pessoas que estiveram presentes, criticando ou elogiando ou mesmo, simplesmente, contribuindo para o aprimoramento das instituições.

Eu tenho certeza de que muito do que foi colocado aqui vai ser aproveitado, até para que possamos mudar alguns posicionamentos. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Informo a todos que às terças-feiras, às 14:00 horas, temos reunião da Comissão de Segurança Pública e Comunitária. Peço que levem propostas e coloquem idéias.

O Secretário Marcos Machado falou uma coisa certa, é possível, por exemplo, mudarmos o Estatuto da Polícia Civil. Levem lá o artigo, para discutirmos de forma correta.

Não vamos dizer que vamos conseguir mudar tudo, mas vamos trabalhar pelos avanços, pelas conquistas.

Eu queria também fazer uma observação. Eu liguei ontem para o Secretário Marcos Machado e falei que nós precisávamos fazer uma reforma previdenciária. Têm muitos que estão aposentados e não deveriam estar, muitas vezes até com uma aposentadoria esquentada. Tem que peneirar, porque, na verdade, é um dinheiro que podemos estar aplicando na segurança pública. Falei isso para ele ontem ao telefone.

Falei também com minha esposa, que é professora do Estado, leciona na Escola Marechal Dutra e ganha oitocentos reais por mês. Ela me pediu para que eu lutasse por um aumento para o salário dos professores. Eu concordo. Mas quero saber quantos por cento de professores interinos temos hoje na rede estadual?

Talvez muitos professores que pedem licença, pedem isso, pedem aquilo, poderiam voltar para a sala de aula, para reduzir os custos e aumentar os salários.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Eu dou um exemplo na própria tropa da polícia. Aqui eu quero, Secretário Célio Wilson, dizer que a Assembléia Legislativa dará todo apoio. Tirem os policiais do Tribunal, dos desembargadores, dos juízes, dos deputados, dos governadores. Coloquem esses policiais que se encontram em desvio de função para trabalhar nas ruas, sua função fim. Muitas vezes o caminho para aumentar o salário do policial é esse. Ao invés de fazer concurso para mais mil e quinhentos homens, vamos primeiro utilizar os que temos.

Na verdade, há muito corporativismo no Poder público. Nós precisamos mudar esse corporativismo e temos que ter essa consciência.

Quando eu falei da minha própria esposa, que dá aula na Escola Marechal Dutra, eu perguntei quantos professores interinos estavam em sala de aula.

Vocês têm que ajudar também na base para ajudarmos aqui.

Eu sou Deputado, o Dr. Marcos Machado é Secretário de Administração, o Dr. Célio Wilson é Secretário de Justiça e Segurança Pública, mas nós somos passageiros. Nós queremos mudar essa sociedade que temos. Eu estou indignado, mas essa mudança não é só nossa. Quando eu vejo alguns jogarem pedra, eu dei razão, mas é uma coisa que todos nós temos que somar.

Eu quero que todos se unam nessas mudanças. Inclusive o Secretário Marcos Machado falou: “Não, nós vamos fazer todas as mudanças que precisarem ser feitas. Essa questão da reforma previdenciária e administrativa, nós vamos fazer”.

Ontem, o Secretário de Planejamento perguntou: “De onde eu vou tirar mais dinheiro para ajudar a segurança pública?”. Eu fui lá pedir dinheiro para a segurança pública. Então, eu dei exemplo: através da reforma administrativa, da reforma previdenciária. Têm muitos com um salário gordo, aposentados, de forma irregular. Vamos começar a trabalhar, vamos achar dinheiro, vamos buscar dinheiro.

Eu quero colocar a todos que podem contar conosco. É uma questão de trabalho. Eu quero fazer uma audiência pública sobre o GEFROM... Aliás, uma audiência pública da Comissão lá na fronteira. Há muitas denúncias lá de corrupção, e temos que nos posicionar. Eu quero ir para os bairros de Cuiabá, Vereador Caio César. Eu quero ir para os bairros de Cuiabá. Vamos ouvir a comunidade cuiabana, vamos discutir. Eu acho que nós temos que ouvir e deve ter praticidade, como o Secretário Marcos Machado falou. O que cada um pode fazer de forma legal, por escrito, levar propostas por escrito. Eu quero isso para agilizar a Comissão de Segurança Pública e Comunitária.

Eu quero agradecer por terem vindo a esta Audiência Pública. Eu quero agradecer ao Secretário de Justiça e Segurança Pública, ao Secretário de Administração, ao Comandante-Geral do Estado-Maior, Coronel Emanuel; ao Vereador Caio César; ao Secretário Adjunto de Planejamento; ao Chefe de Gabinete do Secretário de Justiça e Segurança Pública, ao Deputado Nataniel de Jesus; ao Diretor da Polícia Civil, aqui representado o Comandante do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros.

Eu quero agradecer a presença de todos e colocar-me à disposição. Vamos nos unir com cidadania, com civismo, para mudarmos essa questão.

Muito obrigado a todos! Está encerrada esta Audiência Pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES AO PLANO
NACIONAL E ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Ila de Castilho Varjão;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Rossana Valéria Guerra;

Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa.